

Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil

(2021-2023) – 2ª edição

São Paulo, agosto de 2024

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Youssef Abdel-Jelil

Representante do UNICEF no Brasil

Layla Saad

*Representante adjunta para Programas do
UNICEF no Brasil*

Luiza Fachin Teixeira

*Chefe Interina de Proteção à Criança e ao
Adolescente do UNICEF no Brasil*

Sonia Yeo

*Chefe de Comunicação e Advocacy do
UNICEF no Brasil*

Boris Diechtiareff

*Chefe Interino de Pesquisa, Planejamento,
Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil*

Núcleo editorial

Boris Diechtiareff

*Especialista em Monitoramento e Avaliação do
UNICEF no Brasil*

Paula Marques

*Oficial de Monitoramento e Avaliação do
UNICEF no Brasil*

Ana Carolina Fonseca

*Oficial de Proteção à Criança do
UNICEF no Brasil*

Elisa Meirelles Reis

Oficial de Comunicação do UNICEF no Brasil

Immaculada Prieto

*Especialista em Comunicação do
UNICEF no Brasil*

Corinne Sciortino

*Oficial de Proteção à Criança contra a Violência
do UNICEF no Brasil*

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Renato Sérgio de Lima

Diretor Presidente

Samira Bueno

Diretora Executiva

David Marques

Coordenação de Projetos

Juliana Martins

Coordenação Institucional

Isabela Sobral

Supervisão do Núcleo de Dados

Betina Barros

Consultora

Equipe Técnica

Beatriz Schroeder (*estagiária*)

Cauê Martins

Dennis Pacheco

Isabella Matosinhos

Marina Bohnenberger

Nabi Oliveira

Thais Carvalho

Consultoria estatística

R6 Estatística e Treinamentos Ltda

Projeto gráfico, capa e diagramação

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Foto de capa: Freepik (licença premium)

unicef.org.br

facebook.com/unicefbrasil

twitter.com/unicefbrasil

Instagram.com/unicefbrasil

Agosto, 2024



Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
1. Violência letal	9
1.1 Perfil das Vítimas e Distribuições por Faixa Etária	9
1.2 Violência letal doméstica: mortes violentas de crianças e adolescentes de 0 a 9 anos no Brasil nos últimos 3 anos	20
1.3 Violência letal urbana: mortes violentas de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos no Brasil nos últimos 3 anos.....	28
2. Violência sexual	41
2.1 Perfil das Vítimas e Distribuição por Faixa Etária	41
2.2 Violência sexual contra meninas e meninos.....	49
Conclusão	55



GLOSSÁRIO

Mortes Violentas Intencionais (MVI): categoria que agrega os seguintes tipos de crime: homicídio doloso; feminicídio; latrocínio (roubo seguido de morte); lesão corporal seguida de morte; e mortes decorrentes de intervenção policial (em serviço e fora dele).

Homicídio doloso: Definido no art. 121 do Código Penal Brasileiro: o ato de matar alguém com intencionalidade;

Feminicídio: Definido no art. 121 Código Penal: homicídio doloso contra a mulher por razões da condição de sexo feminino;

Latrocínio (roubo seguido de morte): Definido no art. 157 do Código Penal: o ato de matar alguém com violência para roubar;

Lesão corporal seguida de morte: Definido no art. 129 do Código Penal: o ato que ofende a integridade corporal ou a saúde de alguém, resultando em morte;

Mortes decorrentes de intervenção policial: Mortes causadas por agente policial, estando esse agente em serviço ou fora de serviço.

Estupro: Definido no art. 213 do Código Penal: ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal, ou a praticar ou permitir que se pratique outro ato libidinoso com o(a) agressor(a).

Estupro de vulnerável: Definido no art. 217-A do Código Penal. Estupro de pessoas menores de 14 anos, portadores de enfermidade ou deficiência mental, ou cuja capacidade de resistência é reduzida.



Apresentação

Compreender as particularidades do fenômeno das múltiplas violências que acometem crianças e adolescentes no Brasil é um esforço que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o UNICEF vem aprofundando desde a primeira edição do *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, publicado no ano de 2021.

Para continuar acompanhando o fenômeno nos anos mais recentes, produzimos esta nova edição do relatório, olhando para 2021, 2022 e 2023. A extensão territorial agora analisada é nacional, trazendo dados referentes às 27 Unidades da Federação. Nesse período, são contabilizadas **15.101 vítimas letais de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e 164.199 vítimas de estupro e estupro de vulnerável¹ entre 0 e 19 anos**. Os números impressionam e dão conta de um cenário de muito risco para crianças e adolescentes no País.

Foram registradas 4.803 MVI de crianças e adolescentes em 2021, 5.354 em 2022 e 4.944 em 2023. A categoria criada pelo FBSP em 2017 reúne os registros criminais de homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão seguida de morte e Mortes Decorrente de Intervenção Policial (MDIP)². Trata-se, portanto, do indicador mais completo para tratar de violência letal a partir dos parâmetros da segurança pública.

Do total de vítimas de MVI, 13.829 (91,6%) estão na última faixa etária, entre 15 e 19 anos. Além disso, 90% das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos vitimadas são meninos e 82,9% são negros³. O perfil majoritário de vítimas letais no Brasil, portanto, continua sendo adolescente, masculino e negro. Apesar

de não ser nenhuma novidade, é assustador que, em 2023, **para cada 100 mil habitantes no país entre 0 e 19 anos, do sexo masculino e de cor negra, 18,2 são assassinados enquanto a taxa de mortalidade para o mesmo grupo entre brancos seja de 4,1 por 100 mil**. Isso significa dizer que o risco relativo de um adolescente negro, do sexo masculino, ser assassinado no Brasil é 4,4 vezes superior à de um adolescente branco do sexo masculino. Os dados indicam que o marcador racial exerce fator determinante na dinâmica das mortes violentas de adolescentes no Brasil, com mais impacto inclusive do que o gênero. Em três anos foram pelo menos 9.328 crianças e adolescentes negros assassinados no país⁴.

O risco relativo de um adolescente negro, do sexo masculino, ser assassinado no Brasil é 4,4 vezes superior à de um adolescente branco.

1 O estupro de vulnerável está previsto no art. 217-A do Código Penal e é todo ato tipificado enquanto estupro cometido contra menor de 14 anos ou contra quem não tenha o discernimento para a prática do ato. Para os fins desse estudo, os dados de estupro e estupro de vulnerável foram todos analisados em conjunto.

2 Categoria também criada pelo FBSP em 2017 para aglutinar todas as vítimas fatais decorrentes de intervenção policial.

3 Seguindo o padrão adotado pelo IBGE, a cor/raça negra reúne as cores/raças preto e parda em uma única categoria.

4 Vale ressaltar que o percentual de não preenchimento da variável raça/cor nos dados de MVI de crianças e adolescentes foi de 25% entre 2021 e 2023. Ou seja, o número de 9.328 crianças e adolescentes negros assassinados no período refere-se somente aos 75% dos casos para os quais foi possível aferir a raça/cor da vítima.

Para meninas da mesma faixa etária e brancas, apenas 0,9 são vítimas letais em cada grupo de 100 mil. Isso significa dizer que **um menino negro tem 21 vezes mais chance de ser vítima de um homicídio do que uma menina branca.**

Embora a maioria das mortes violentas esteja concentrada entre adolescentes de 15 a 19 anos, os dados revelam um crescimento dos assassinatos de crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 4 anos, cujo crescimento foi de 20,4% entre 2021 e 2023 (103 vítimas no primeiro ano e 124 no último), e de 5 a 9 anos, com crescimento de 49% (passando de 49 vítimas em 2021 para 73 em 2023). Diferentemente do que ocorre entre os adolescentes, entre crianças a maioria das mortes ocorre na residência e são de autoria de conhecidos, o que nos permite inferir que frequentemente decorrem de maus-tratos que se passam no ambiente intrafamiliar.

Dentre as 15.101 MVI registradas em três anos, **2.427 foram mortes pela ação das forças estatais de segurança (16% do total)**, constituindo a segunda causa de mortes violentas de adolescentes. A análise da taxa de mortalidade por faixa etária revela o quanto a interação entre adolescentes de 15 a 19 anos com a polícia tem se mostrado violenta. Enquanto a taxa de letalidade provocada pelas polícias entre habitantes com idade superior a 19 anos é de 2,8 mortes por 100 mil, no grupo etário de 15 a 19 anos a taxa chega a 6,0 mortes por 100 mil habitantes, 113,9% superior à taxa verificada entre adultos.

Apesar dos dados de mortes indicarem prevalência de vítimas do sexo masculino, isso não significa que as crianças e adolescentes do sexo feminino estejam protegidas no país. Entre 2021 e 2023, 1.508 meninas foram vítimas de morte violenta, 1,4 mortes por dia. Já no que diz respeito à violência sexual, a esmagadora maioria é do sexo feminino, com 87,3% do total de vítimas, 48,3% possuem entre 10 e 14 anos e 52,8% são identificadas pela cor/raça negra. A taxa de estupros por 100 mil habitantes no caso da violência sexual evidencia um cenário em que o gênero da vítima é o principal fator de risco: **são 131 vítimas de estupro do sexo feminino para grupo de 100 mil na faixa etária 0 a 19 anos.** Esse número, já bastante elevado, pode ser ainda maior: estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou que o percentual de casos de estupros que chegam ao conhecimento das polícias foi de apenas 8,5% em 2019⁵. Considerando apenas as vítimas do sexo masculino, por sua vez, a taxa é de 19,9 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes na mesma faixa etária. Assim, **uma menina de até 19 anos tem 7 vezes mais chance de ser vítima de estupro do que um indivíduo do sexo masculino na mesma faixa etária.**

Nas próximas páginas, esses dados são esmiuçados, trazendo também recomendações de como enfrentar as violências letal e sexual contra crianças e adolescentes no País. A partir desses resultados, esperamos que seja possível avançar em políticas de segurança pública e proteção que sejam efetivas, perenes e que impactem em verdadeiras mudanças por uma vida mais segura às crianças e adolescentes do país.

5 FERREIRA, Helder et al. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD_2880_web.pdf

Introdução

Na primeira edição deste panorama, lançada em 2021, dados inéditos sobre a violência letal e sexual de vítimas com até 19 anos haviam sido coletados entre os registros de ocorrência policial referentes às 27 Unidades da Federação para o período de 2016 a 2020. A partir dessas informações, apresentou-se uma análise a respeito da quantidade de registros e do comportamento da série temporal, perfil das vítimas e dinâmicas e características dos fatos. Esse primeiro esforço permitiu identificar, por exemplo, a ocorrência de 34.918 mortes violentas entre crianças e adolescentes (0-19 anos) no país no intervalo de cinco anos, além de 179.277 registros de casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas da mesma faixa etária e considerado o mesmo período (2016-2020).

Naquele momento, os resultados permitiram identificar os principais nós do problema, perceber tendências gerais e apontar falhas na produção de dados. De lá para cá, o acúmulo das discussões e a melhora na produção de indicadores nos possibilitaram avançar em algumas análises. Esta edição traz dados Nacionais, com análises das 27 Unidades da Federação e está novamente dividida em dois grandes blocos: Violência letal e Violência sexual.

Para permitir algum grau de comparabilidade nos resultados, mantemos o mesmo recorte etário de vítimas entre 0 e 19 anos, o qual se subdivide em quatro faixas etárias: 0 a 4 anos; 5 a 9 anos; 10 a 14 anos; 15 a 19 anos. As faixas são as mesmas utilizadas nos registros do Sistema Único de Saúde (DataSus), que por sua vez, segue a determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda que a legislação brasileira por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleça que crianças são aqueles que possuem de 0 a 11 anos e adolescentes de 12 a 17 anos, no presente relatório consideramos os dados de vítimas com até 19 anos. A designação de criança e adolescente, portanto, será mobilizada para fazer referência a esse conjunto populacional.

Os dados foram coletados pelo FBSP por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Para chegar ao panorama nacional são produzidos pedidos específicos para cada Secretaria de Segurança Pública e/ou Defesa Social das 27 Unidades da Federação solicitando a base de dados de mortes violentas intencionais, estupros e estupros de vulneráveis. Essa base é formada

pelo que chamamos de “microdados” dos boletins de ocorrência registrados, a partir dos quais é possível identificar, para cada fato registrado, as características do crime, da vítima e do autor, sempre que tais informações sejam preenchidas pelo órgão policial. O correto preenchimento desse banco de dados ainda é um enorme desafio, mas os últimos anos significaram ganhos importantes em relação à completude dos dados.

Na edição anterior, referente ao período de 2016 a 2020, nos dados de MVI apresentados pelos estados da Bahia e de Rondônia não constavam a idade simples da vítima do fato, de modo que não puderam ser integralizados na análise nacional. Além disso, ainda para MVI, os estados do Amazonas, Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Tocantins apresentaram interrupções na série histórica, o que também impôs limitações às análises nacionalizadas. Em relação à base dos crimes de estupro, as lacunas eram ainda maiores, de modo que apenas 15 UFs puderam ser consideradas naquele momento.

Nesse novo estudo, observamos enormes ganhos em termos de completude das bases referente aos anos de 2021, 2022 e 2023. Em relação aos dados de MVI, todos os estados apresentaram os dados com informação de idade simples da vítima para os três anos solicitados. A única exceção foi a Bahia na base de MVI de 2021 que, nos anos seguintes, corrigiu o problema. Além disso, o estado de Goiás não informou a idade simples da vítima para os casos de mortes decorrentes de intervenção policial em relação aos 3 anos, de modo que as mortes por intervenções policiais que ocorreram no estado não estão contidas nas análises subsequentes. Ainda em relação a questões metodológicas, para os estados de Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, tomou-se a decisão de desconsiderar as vítimas de MVI de idade zero por inconsistências nas bases apresentadas que levavam a uma superestimação do total de vítimas de até um ano de idade. Já em relação aos dados de violência sexual, os dados de 2021 dos estados do Acre, Bahia e Pernambuco foram apresentados sem idade simples, sendo que esse último estado seguiu com o mesmo problema em 2022.

Por essas inconsistências entre a qualidade dos dados do período 2016-2020 e o patamar de preenchimento dos dados ora apresentados, julgou-se que não seria prudente realizar análises comparativas com os dados que constavam na primeira edição do *Panorama*. Para garantir o rigor científico, optou-se por manter a presente publicação restrita ao diagnóstico do período mais atual, indicando aproximações e diferenças em relação ao período anterior apenas no que diz respeito a análises mais gerais. Feitos esses esclarecimentos as interpretações dos dados que serão discutidas a seguir avançam enormemente em relação ao que já foi discutido até aqui sobre o cenário da violência letal e sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Além de um diagnóstico mais nacionalizado, ressalta-se que a recente divulgação dos dados de população do Censo 2022 com recortes por faixas etárias, raça/cor e idade possibilitaram a produção de taxas de violência letal e sexual específicas para cada grupo de vítimas, permitindo avançar no debate sobre como cada marcador social da diferença impacta na dinâmica de cada tipo de violência desferida contra os mais jovens.



1. Violência letal

1.1 PERFIL DAS VÍTIMAS E DISTRIBUIÇÕES POR FAIXA ETÁRIA

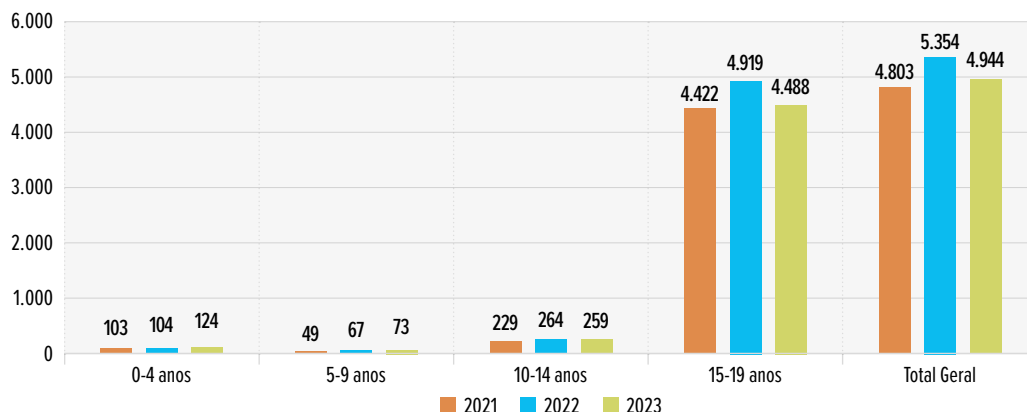
Neste primeiro tópico iremos trabalhar com os dados de violência letal somados os três anos de análise e desagregados por faixas etárias. A ideia é visualizar o quadro geral do fenômeno das mortes violentas que atingem crianças e adolescentes nesse período que vai de 2021 a 2023. Nos dois tópicos seguintes, o foco será apresentar as mudanças ou persistências dos dados a cada ano, dividindo em dois grandes grupos: vítimas de 0 a 9 anos e de 10 a 19 anos. Esse recorte segue a opção metodológica tomada na primeira edição do *Panorama*, quando já havíamos observado as importantes diferenças que marcam o fenômeno da violência letal para cada um desses dois grandes grupos, conforme iremos apresentar mais à frente. Vale fazer uma ressalva, contudo, que a fronteira entre a violência do espaço privado e do espaço público muitas vezes apaga o fato de que as formas públicas de violência acabam reverberando na esfera privada⁶. Com a expansão das facções criminosas, por exemplo, o aumento da violência como mecanismo de resolução de conflitos no espaço público pode reverberar no ambiente doméstico, ampliando a existência de armas de fogo e de ordens ilegais gerindo o dia a dia da comunidade, o que impacta também nos limites privados. A opção por dividir a análise em dois blocos, portanto, deve levar em consideração que há trânsitos e influências mútuas entre o que acontece entre o lado de dentro e o lado de fora. Nos últimos três anos **15.101 crianças e adolescentes morreram de forma violenta no país**. Em 2021, foram 4.803 mortes; em 2022, 5.354; e, em 2023, 4.944⁷. Em 2022, se desconsiderarmos os números da Bahia, que não forneceu os dados para a faixa etária de 0 a 19 anos em 2021, teríamos um total de 4.388 vítimas, o que representa uma queda de 8,6% entre 2021 e 2022. Entre 2022 e 2023, o Brasil novamente apresentou uma redução nos casos, com um decréscimo de 7,7%. Os dados por faixa etária indicam que 91,6% das vítimas possuíam entre 15 e 19 anos. Na faixa de 10 a 14 anos, foram 259 mortes em 2023, representando 5,2% do total de vítimas, o que significou um leve aumento em relação ao ano anterior na importância dessa faixa etária no total de mortes – de 4,9 para 5,2%. Ainda assim, a grande maioria das vítimas continua a ser os adolescentes com mais de 15 anos.

6 Ver: Wilding, Polly. *Negotiating Boundaries: Gender, Violence and Transformation in Brazil*. Palgrave Macmillan, 2012.

7 Para 2021, desconsidera-se as vítimas da Bahia pela ausência da indicação da idade simples na base de microdados apresentada pelo estado naquele ano.

GRÁFICO 1

MVI por faixa etária, por ano
Brasil (2021-2023)

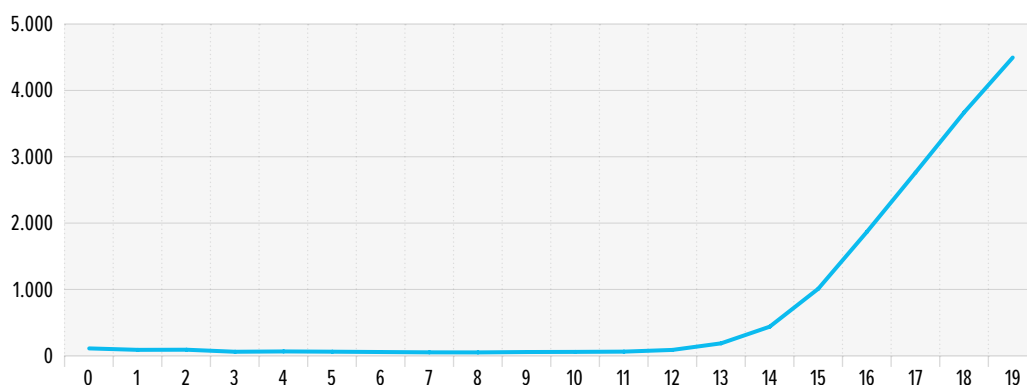


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No gráfico 2, é possível visualizar a curva das mortes por idade simples. Até os 12 anos, as mortes são divididas de modo bastante homogêneo, ainda que com um número um pouco mais elevado nos primeiros anos de vida. Foram 677 vítimas com até 12 anos de idade, considerando os três anos analisados. A partir dos 14 anos de idade, contudo, o cenário muda e o total de vítimas mais do que dobra a cada ano de vida que passa, o que implica em uma curva de crescimento exponencial, chegando ao seu auge no último ano do recorte etário analisado. Em três anos, foram 4.515 vítimas da violência letal que possuíam 19 anos de idade. É possível afirmar, portanto, que o fator idade da vítima interfere com mais força no fenômeno das mortes violentas a partir dos 14 anos de idade.

GRÁFICO 2

MVI por idade simples
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

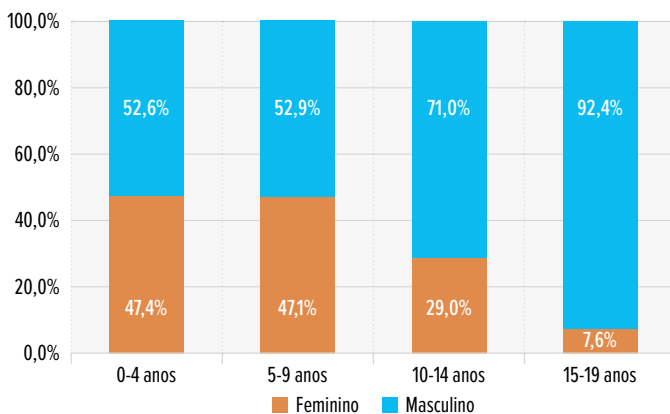
Em relação ao sexo⁸ da vítima, os percentuais por faixa etária indicam que, nas primeiras duas faixas, a distribuição é quase equivalente entre vítimas meninos e meninas, com uma leve

8 Os dados que formam a base de dados analisada decorrem do preenchimento por parte das autoridades policiais cujo campo a ser preenchido é "Sexo da vítima". Apesar de não possuímos informações referentes ao gênero com o qual a vítima se identificava – sendo possível supor que há casos de vítimas transexuais identificadas pela sua identidade biológica e não a partir da sua identidade de gênero – durante o texto, o termo sexo e gênero serão utilizados enquanto sinônimos.

sobrerrepresentação dos primeiros, de um pouco mais de 52% tanto entre vítimas de 0 a 4 anos, como entre 5 e 9 anos. Vale citar que nessa faixa etária (0-9), segundo o Censo de 2022, existem 50,9% crianças do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino, de modo que a proporção segue a distribuição populacional. Dessa forma, algumas hipóteses que foram apresentadas na edição anterior do *Panorama* a partir dos dados que dispúnhamos naquele momento, como a de que havia uma maior vitimização de meninos entre 0 a 4 anos, agora podem ser afastadas.

GRÁFICO 3

% de vítimas de MVI por faixa etária, por sexo
 Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De 52,9% das vítimas no final da infância, os meninos passam a representar 71% de vítimas a partir do final da infância e início da adolescência.

Somente a partir da faixa 10-14 anos, portanto, que o sexo da vítima ganha relevância para a explicação do fenômeno. É nessa fase que o gênero começa de fato a atuar enquanto um marcador social da diferença no caso da violência letal. De 52,9% das vítimas no final da infância, os meninos passam a representar 71% de vítimas a partir do final da infância e início da adolescência. Entre os 15 e 19 anos, por sua vez, são mais do que 9 entre cada 10 vítimas computadas. Apesar da enorme prevalência do sexo masculino nessa fase final da adolescência, contudo, a violência letal que atinge as adolescentes meninas não pode ser desprezada. Apenas entre aquelas que possuem entre 15 e 19 anos, foram 1.046 vítimas em três anos, o que significa 30% mais mortes do que entre todos os meninos de até 14 anos (805 vítimas)⁹.

A diferença racial, por sua vez, já se faz presente desde a primeira infância. Quando observamos os dados desagregados por raça/cor da vítima, temos que 64,3% das vítimas de até 4 anos eram negras e 32,9% das vítimas eram brancas. Segundo o Censo 2022, a distribuição populacional do país nessa primeira faixa etária é de 53,2% de crianças negras, para 45,5% brancas. Entre aqueles que possuem entre 5 e 9 anos, a diferença racial continua crescendo entre as ví-

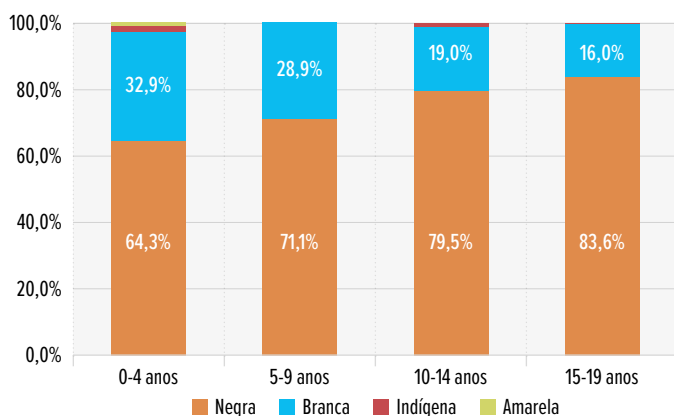
⁹ No período entre 2021 e 2023, o percentual de não preenchimento da variável sexo entre as vítimas de 0 a 19 anos foi de 0,2%. Assim, os números absolutos aqui citados referem-se apenas aos casos para os quais o sexo da vítima estava preenchido nas bases de microdados dos estados.

timas de MVI, chegando a 71,1% de pessoas negras para 28,9% de brancas. Assim, se para essa faixa etária o gênero não chega a atuar como um fator de risco, a desigualdade racial implica em uma maior chance de crianças negras serem vítimas de violência letal desde que nascem.

Entre aqueles que possuem de 10 a 14 anos e de 15 a 19, a raça/cor das vítimas é ainda mais dispar. No primeiro recorte, são 79,5% de vítimas negras e, para aqueles entre 15 e 19 anos, 83,6%.

GRÁFICO 4

% de vítimas de MVI por faixa etária, por raça/cor
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Assim, considerando a faixa etária completa (0-19 anos), em três anos foram pelo menos 9.328 **crianças e adolescentes negros assassinados**¹⁰. Quando cruzamos os dados de sexo e raça/cor da vítima, é possível perceber como esses marcadores interagem entre si na realidade social. Para trabalhar a comparabilidade desses grupos, produzimos as taxas de violência letal por 100 mil habitantes para cada recorte de raça e gênero específico, conforme está disposto na tabela a seguir, considerando apenas as vítimas do ano de 2023. Nesse ano, então, temos que a taxa de homicídios de crianças e adolescentes (0-19 anos) do sexo masculino e negros é de 18,2 para cada 100 mil habitantes, enquanto, para meninas brancas da mesma faixa etária, é de apenas 0,9. Assim, um menino negro de até 19 anos no país tem 21 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma menina branca. Um menino branco, por sua vez, possui taxa de 4,1 mortes a cada 100 mil, mais próximo, portanto, das taxas femininas do que a da taxa para indivíduos do sexo masculino de cor/raça negra. O resultado reforça o peso que o fator raça exerce na dinâmica das mortes violentas, com mais impacto inclusive do que o gênero.

Um menino negro de até 19 anos no país tem 21 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma menina branca.

¹⁰ Vale ressaltar que o percentual de não preenchimento da variável raça/cor nos dados de MVI de crianças e adolescentes foi de 25% entre 2021 e 2023. Ou seja, o número de 9.328 crianças e adolescentes negros assassinados no período refere-se somente aos 75% dos casos para os quais foi possível aferir a raça/cor da vítima.

TABELA 1

Taxa de MVI por 100 mil habitantes por raça/cor e por sexo da vítima (0-19 anos)

Brasil, 2023

	Cor/raça negra	Cor/raça branca	Total
Sexo Feminino	2,0	0,9	1,5
Sexo Masculino	18,2	4,1	12,4
Total	10,3	2,5	7,0

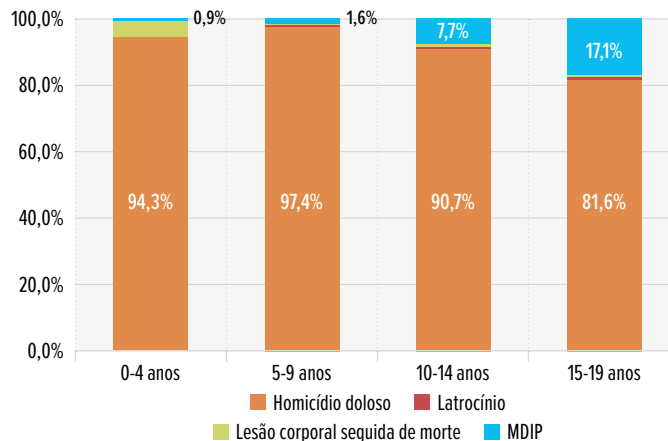
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As Mortes Violentas Intencionais são uma categoria criada pelo FBSP que aglutinam uma série de tipos penais cujo núcleo da ação delitiva envolve o ato de tirar a vida intencionalmente. Na análise por faixa etária, os homicídios dolosos representam a grande maioria dos fatos com vítimas entre 0 e 4 anos (94,3%) e entre 5 e 9 anos (97,4%). Com as crianças da primeira infância, chama a atenção o percentual de 4,8% de lesões corporais seguidas de morte, cuja características indicam serem crimes decorrentes de maus-tratos e violência doméstica. A partir dos 10 anos, contudo, as mortes decorrentes de intervenção policial começam a ganhar relevância, representando 7,7% das MVIs na faixa de 10 a 14 anos (totalizando 58 vítimas em 3 anos) e 17,1% na faixa entre 15 e 19 anos (2.363 vítimas de 2021 a 2023).

GRÁFICO 5

% de vítimas de MVI por faixa etária, por tipo de crime

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

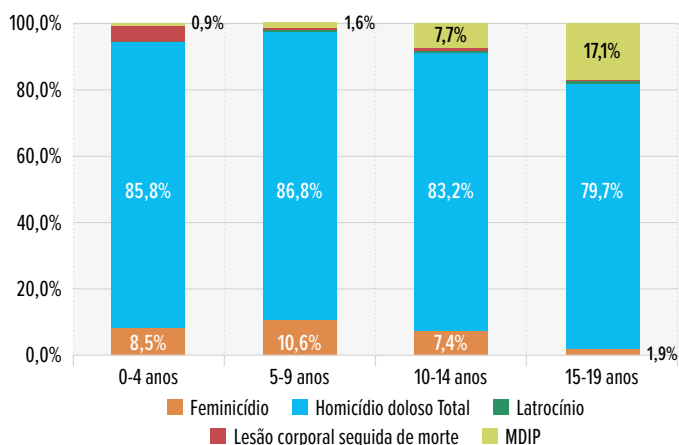
Ou seja, em três anos contabilizaram-se 2.427 crianças e adolescentes mortos pela ação das forças estaduais de segurança (16%), o que é um cenário grave e que merece atenção. Aqui, novamente vale o destaque de que, na edição anterior do *Panorama*, os dados indicavam que, na última faixa etária, as mortes decorrentes de intervenção policial representam um valor inferior, de 10% do total de casos. O aumento nesse percentual, contudo, pode ser fruto da melhora

desse que é um indicador cujo preenchimento vem sendo aprimorado pelas polícias nos últimos anos. Também vale destacar as 119 vítimas de latrocínio – roubo seguido de morte – com idade até 19 anos em três anos.

No gráfico a seguir, apresenta-se a distribuição percentual por tipo de crime com a desagregação dos feminicídios¹¹. O tipo penal tipificado no art. 121, § 2º, inciso VI, prevê crime específico para casos de homicídios contra mulheres decorrentes de violência doméstica e familiar ou por menosprezo ou discriminação da condição de mulher. Entre as crianças e as adolescentes, o crime vitimou 28 meninas entre 0 e 4 anos, 20 entre 5 e 9 anos, 56 vítimas entre 10 e 14 e 264 entre 15 e 19 anos. Em termos percentuais, portanto, o crime é mais representativo nas primeiras faixas etárias, apesar de ser mais numeroso em termos absolutos para as adolescentes da última faixa etária.

GRÁFICO 6

% de MVI por tipo de crime, incluindo feminicídio, por faixa etária
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os próximos critérios de análise dizem respeito a elementos do fato delituoso e não mais de características da vítima. O local da morte violenta é um dos parâmetros que nos ajuda a caracterizar o fenômeno e que muda consideravelmente a depender da faixa etária analisada. Para as crianças de 0 a 4 anos ou de 5 a 9 anos, há pouca diferença entre si e a maior parte dos fatos ocorreram no ambiente doméstico. Em torno de 50% dos fatos com essas vítimas se deram na residência e 18,9% (0-4 anos) e 26,1% (5-9 anos) em vias públicas. Em torno de 1/3 dos crimes ainda se deram em outro ambiente que não a casa ou a rua. Na medida em que aumenta a faixa etária, no entanto, a casa deixa de ser o ambiente de maior risco, e a via pública se torna o local em que ocorrem a maior parte dos fatos. Para aqueles que possuem entre 10 e 14 anos, 45,9% das

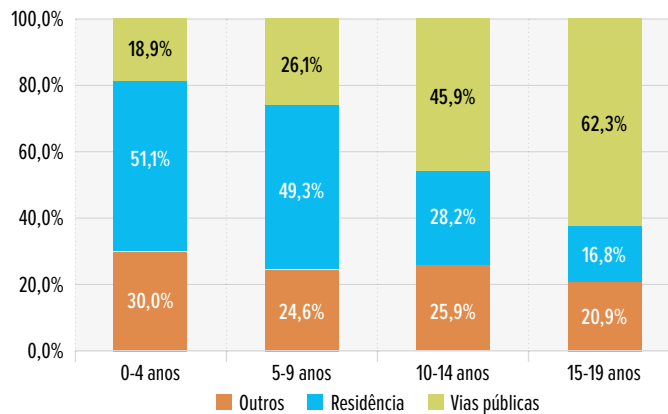
Na medida em que aumenta a faixa etária, no entanto, a casa deixa de ser o ambiente de maior risco, e a via pública se torna o local em que ocorrem a maior parte dos fatos.

11 No gráfico anterior os feminicídios estão incluídos na categoria homicídio doloso.

mortes ocorreram em via pública, enquanto para os mais velhos (15-19 anos), esse valor chega a 62,3%. Conforme veremos nos tópicos a seguir, a mudança do ambiente privado para o ambiente público como espaço de maior risco é uma das características que marca a divisão do fenômeno da violência letal em dois subfenômenos, a violência doméstica e a violência urbana.

GRÁFICO 7

% de vítimas de MVI por faixa etária, por tipo de local da ocorrência
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda em relação ao fato, da base de dados analisada conseguimos extrair o tipo de instrumento utilizado no ato violento. As diferenças por faixa etária que o gráfico a seguir aponta permitem concluir, por exemplo, que 21,3% das mortes com vítimas de até 4 anos decorreram de uma agressão, o que é um forte indício de que são casos de maus-tratos, normalmente ocorridos no

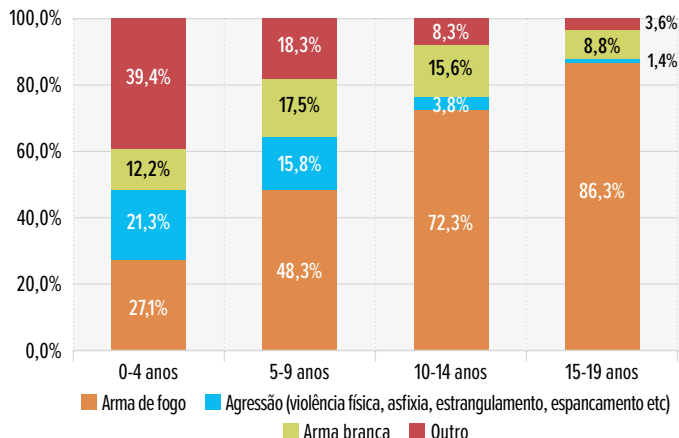
ambiente familiar da criança¹². Apesar disso, 27% dos crimes nessa mesma faixa etária são cometidos com o uso de arma de fogo, percentual que vai crescendo à medida que cresce a idade da vítima. Assim, é possível concluir que não é desprezível o número de crianças que são mortas por arma de fogo de modo intencional dentro das suas residências, o que reforça a importância do controle do uso de armamento bélico por civis. Entre as vítimas que possuem entre 15 e 19 anos, o principal instrumento utilizado é a arma de fogo, presente em 86,3% dos casos.

É possível concluir que não é desprezível o número de crianças que são mortas por arma de fogo de modo intencional dentro das suas residências.

¹² Ainda para essa faixa etária, um elevado percentual dos casos ocorre com o emprego de instrumentos classificados como "Outros". São instrumentos que não puderam ser classificados nas demais categorias (arma branca, agressão ou arma de fogo), indicando a baixa qualidade do preenchimento da variável nas bases de microdados dos estados.

GRÁFICO 8

% de vítimas de MVI por faixa etária, por instrumento utilizado
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

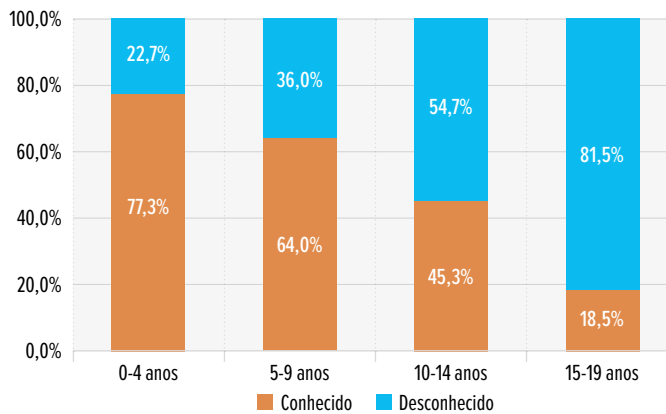
Por fim, o gráfico a seguir apresenta os dados disponíveis referentes à relação entre agressor e vítima. Para as crianças de até 4 anos, 77,3% dos autores são conhecidos das vítimas. Como mais de 50% destes crimes ocorrem na residência, podemos supor que a maior parte destes autores sejam, portanto, familiares, o que implica em políticas de proteção que precisam compreender o que se passa dentro do ambiente doméstico dessa criança. De igual modo, entre as vítimas de 5 a 9 anos a maioria dos casos ocorreu no ambiente doméstico, e os autores são conhecidos em 64% dos registros. O cenário muda nas faixas etárias seguintes, quando os principais autores do crime são desconhecidos das vítimas. Entre 10 e 14 anos, eles representam 54,7% e entre 15 e 19 anos, 81,5%. Importa frisar que esse é um campo com baixo percentual de preenchimento pelas autoridades policiais, na medida em que em muitos casos só poderá ser adicionado após a investigação. No período de 2021 a 2023, a informação sobre a relação entre autor e vítima estava preenchida em apenas 7% das ocorrências. Nos casos em que é possível saber o sexo do autor, entre todas as vítimas de MVI de 0 a 19 anos, cerca de 91% dos autores eram do sexo masculino.

Nos casos em que é possível saber o sexo do autor, entre todas as vítimas de MVI de 0 a 19 anos, cerca de 91% dos autores eram do sexo masculino.

GRÁFICO 9

% de vítimas de MVI por faixa etária, por tipo de relação entre autor e vítima

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No período entre 2021 e 2023, a análise do vínculo entre vítima e agressor indica que, entre as vítimas do sexo feminino, o percentual de autores conhecidos permanece superior ao de desconhecidos mesmo nas faixas etárias mais elevadas. Entre as meninas, a proporção de autores conhecidos das vítimas de 0 a 4 anos foi de 72%, passando para 59% entre as de 5 a 9 anos, 83% entre as de 10 e 14 anos, e de 67% entre as jovens de 15 a 19 anos. Já no caso dos meninos, o percentual de autores conhecidos é de 84% entre as vítimas de 0 a 4 anos, de 75% entre os de 5 a 9 anos, caindo para 24% entre os de 10 a 14 anos, e para 13% entre os de 15 a 19 anos.

Na tabela a seguir, são apresentados os totais de mortes violentas intencionais para a faixa etária completa (0-19 anos) em cada UF, juntamente com a respectiva taxa por 100 mil habitantes e a variação para os anos 2021-2022 e 2022-2023. Nos cenários estaduais, chama a atenção o aumento de vítimas no Mato Grosso que passa de 87 para 127 entre 2021 e 2023 (+32,3% no primeiro ano e +10,4% no segundo). O Amapá também foge à regra nacional, indo de 43 vítimas em 2022, para 90 vítimas no ano seguinte, o que significa um aumento de 109,3%¹³. No mesmo ano, o Rio de Janeiro também apresentou crescimento de 19,3% do total de crianças e adolescentes vítimas.

As taxas populacionais permitem a comparação dos estados entre si, apesar dos números absolutos apresentarem grandezas distintas. Desses números é possível extrair a maior prevalência de vítimas crianças e adolescentes em 2023 nos estados do Amapá, com taxa de 33,9 por 100 mil; na Bahia, com taxa de 23,5; e no Espírito Santo, com taxa de 18,5. As menores taxas no último ano foram observadas em São Paulo (2,7), Santa Catarina (3,0) e Distrito Federal (3,4). Em 2022, o Amapá havia apresentado uma melhora em relação ao ano anterior, com diminuição de 51,7% na taxa, alcançando o valor de 16,2. A Bahia, naquele ano, foi o estado com maior taxa, de 24,6 mortes de crianças e adolescentes a cada 100 mil habitantes. Em 2021, por sua vez, o Ceará destoava dos

¹³ Na mais recente edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o estado apresentou a maior taxa de mortes violentas intencionais do país, com 69,9 mortes por 100 mil habitantes. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

demais, com taxa de 22,5 por 100 mil, assumindo a liderança nacional na ausência dos dados da Bahia para aquele ano, mas teve uma queda de 29,5% entre 2021 e 2023.

TABELA 2

Mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes (0 a 19 anos)

Brasil e UFs – 2021-2023

Brasil e Unidades da Federação	2021		2022		2023		Var. 2021-2022 (em %) ⁽³⁾	Var. 2022-2023 (em %)
	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾		
Brasil	4.803	9,5	5.354	9,8	4.944	9,1	-8,6	-7,7
AC	39	13,0	46	15,3	34	11,3	17,9	-26,1
AL	219	22,6	161	16,6	142	14,6	-26,5	-11,8
AM	214	14,8	170	11,8	133	9,2	-20,6	-21,8
AP	89	33,5	43	16,2	90	33,9	-51,7	109,3
BA	966	24,6	924	23,5	...	-4,3
CE	552	22,5	455	18,6	389	15,9	-17,6	-14,5
DF	39	5,3	47	6,3	25	3,4	20,5	-46,8
ES	195	19,5	174	17,4	185	18,5	-10,8	6,3
GO	106	5,5	89	4,6	75	3,9	-16,0	-15,7
MA	275	12,2	236	10,4	223	9,9	-14,2	-5,5
MG	316	6,2	295	5,8	280	5,5	-6,6	-5,1
MS	85	10,6	42	5,2	52	6,5	-50,6	23,8
MT	87	7,9	115	10,4	127	11,5	32,2	10,4
PA	314	11,6	317	11,7	253	9,3	1,0	-20,2
PB	117	10,4	140	12,5	122	10,9	19,7	-12,9
PE	514	19,9	449	17,4	412	16,0	-12,6	-8,2
PI	90	9,6	94	10,0	69	7,3	4,4	-26,6
PR	190	6,4	267	9,0	186	6,3	40,5	-30,3
RJ	476	12,3	358	9,3	427	11,0	-24,8	19,3
RN	141	15,7	129	14,4	116	12,9	-8,5	-10,1
RO	31	6,6	44	9,4	43	9,1	41,9	-2,3
RR	26	10,7	20	8,2	10	4,1	-23,1	-50,0
RS	204	7,9	237	9,2	167	6,5	16,2	-29,5
SC	76	4,0	52	2,7	57	3,0	-31,6	9,6
SE	73	11,4	82	12,8	65	10,1	12,3	-20,7
SP	291	2,7	280	2,6	292	2,7	-3,8	4,3
TO	44	9,2	46	9,7	46	9,7	4,5	0,0

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária 0 a 19 anos.

(2) As taxas populacionais dos três anos foram calculadas com base na população indicada pelo Censo 2022.

(3) Desconsideram-se as vítimas da Bahia do ano de 2022 para o cálculo da variação nacional 2021-2022.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022- IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Qualidade do preenchimento de campos do Boletim de Ocorrência

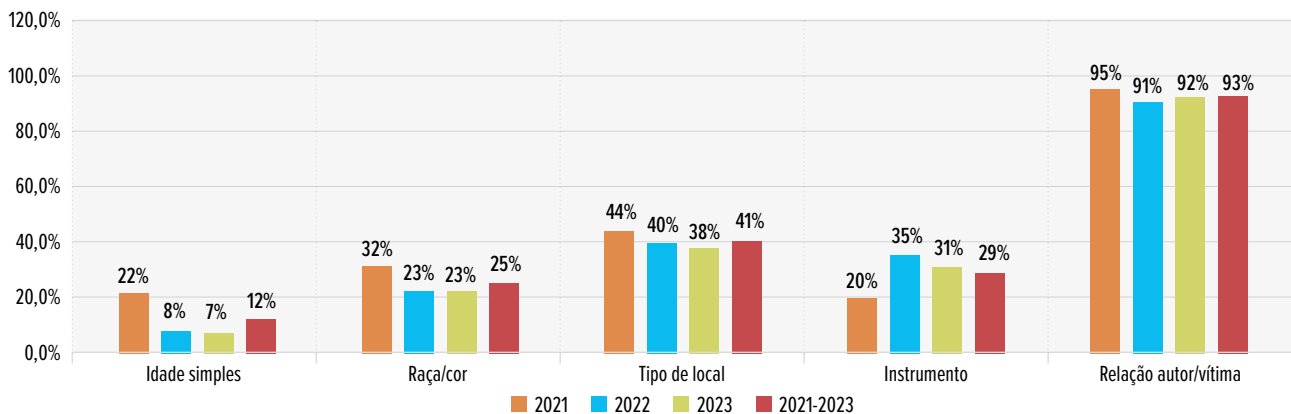
Para além dos resultados propriamente ditos, é necessário observar também a qualidade dos dados encaminhados pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados. Conforme já explicitado, as análises ora apresentadas são fruto de um banco de microdados construído por linhas e colunas, em que cada fato criminoso representa uma linha e cada característica do fato e da vítima representa uma coluna. Há campos, contudo, que costumam ser mais bem preenchidos do que outros. Assim, no que diz respeito ao sexo das vítimas e ao tipo de crime dentre aqueles que compõem a categoria MVI, tem-se 100% de preenchimento. Já os dados vinculados à autoria do delito (como a relação autor e vítima) ainda encontram-se com um alto percentual de não preenchimento, o que dificulta análises mais aprofundadas.

Destaca-se que o FBSP vem atuando em conjunto com as gestões de estatísticas das SSP's na melhoria dessas informações, o que já gera importantes mudanças e melhorias. Em relação à idade simples da vítima, por exemplo, nota-se importante melhora. À exceção da Bahia em 2021, todos os demais estados preencheram o campo, ainda que com lacunas para fatos pontuais. As informações sobre raça/cor da vítima também apresentaram melhora, passando de 32% de campos não preenchidos em 2021, para 23% em 2023.

Apesar da melhora nas informações de tipo de local (de 44% para 38% de campos não preenchidos), o patamar ainda é elevado e merece atenção, uma vez que se trata de uma das primeiras informações a ser verificada pela autoridade policial durante a investigação. Em relação ao instrumento utilizado, a atenção decorre da piora do indicador que só não era preenchido para 20% dos fatos em 2021, e passou para 35% em 2022 e 31% em 2023. Por fim, conforme dito, a relação autor e vítima ainda é ausente em mais de 90% dos Boletins de Ocorrência. Normalmente os casos informados são aqueles em que a informação já é conhecida do momento do registro do crime. Diante desse quadro, o alto percentual de lacunas implica em maiores cuidados na análise desse indicador para que não se tome conclusões precipitadas.

GRÁFICO 10

% de não preenchimento dos campos analisados em MVI, vítimas de 0 a 19 anos
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

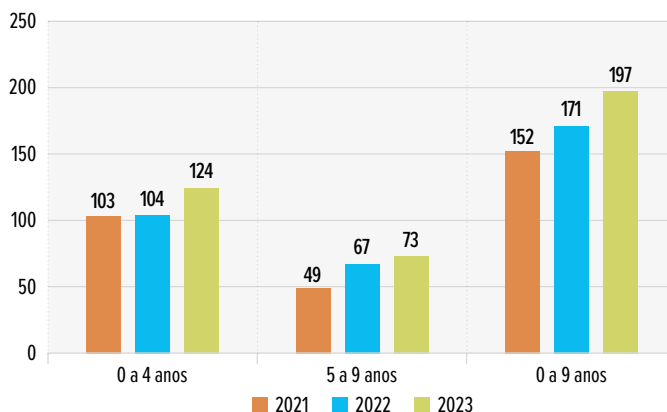
1.2 VIOLÊNCIA LETAL DOMÉSTICA: MORTES VIOLENTAS DE CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

As características da violência letal que atingem as crianças de até 9 anos em comparação com aquelas que estão presentes nos assassinatos de quem tem entre 10 e 19 anos indicam se tratar de dois fenômenos distintos. No primeiro caso, estamos falando de atos violentos que ocorrem dentro de casa, cometidos em sua maioria por agressão, por pessoas conhecidas da criança. As vítimas são tanto meninos quanto meninas, com uma maior prevalência de vítimas de cor/raça negra. Veremos cada um desses pontos em detalhes, mas essa síntese dos achados nos permite inferir que, na sua maioria, são mortes que decorrem de maus-tratos às crianças, que se passam normalmente no ambiente familiar e que podem envolver uma continuidade de atos de negligência, abuso físico, psicológico e sexual.

Em três anos, foram 520 vítimas de violência letal com até 9 anos no país. No último ano, houve crescimento de 15,2% no total de mortes. Na faixa de 0 a 4 anos, o aumento foi ainda mais expressivo, de 19,2%. Na de 5 a 9 anos, o total de vítimas também vem crescendo, passando de 49 para 67 (2021-2022)¹⁴ e, no último ano, para 73 (+9%). Chama atenção que nos três anos analisados, a prevalência se mantém na faixa mais jovem, de 0 a 4 anos.

GRÁFICO 11

MVI de vítimas de 0 a 9 anos, por faixa etária e por ano
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar do crescimento no número absoluto, ao longo dos três anos, a taxa nacional de mortes violentas intencionais para a faixa etária de 0 a 9 anos variou entre 0,6 e 0,7 vítimas para cada grupo de 100 mil. Na avaliação de cada UF, destacam-se, no último ano, as taxas do Amapá de 2,3 por 100 mil; de Rondônia, de 2,2 por 100 mil; do Acre, de 2,1 por 100 mil; e do Mato Grosso,

¹⁴ O total de 67 vítimas de MVI entre 5 e 9 anos em 2022 inclui o estado da Bahia, que não enviou os microdados por idade simples em 2021. O total de MVI da faixa etária de 5 a 9 anos em 2022 desconsiderando a Bahia, para fins de comparação com o ano anterior, foi de 62 vítimas.

de 1,9 por 100 mil. Em 2021 e 2022, por sua vez, nenhum estado apresentou taxa acima de 2,0 mortes por grupo de 100 mil habitantes nas respectivas faixas etárias.

TABELA 3

Mortes violentas intencionais de crianças (0 a 9 anos)

Brasil e UFs – 2021-2023

Brasil e Unidades da Federação	2021		2022		2023		Var. 2021-2022 (em %) ⁽³⁾	Var. 2022-2023 (em %)
	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}		
Brasil	152	0,6	171	0,6	197	0,7	2,0	15,2
AC	1	0,7	0	0,0	3	2,1	-100,0	0,0
AL	6	1,3	6	1,3	1	0,2	0,0	-83,3
AM	6	0,8	1	0,1	2	0,3	-83,3	100,0
AP	2	1,5	0	0,0	3	2,3	-100,0	0,0
BA	...	0	16	0,9	15	0,8	...	-6,3
CE	4	0,3	4	0,3	6	0,5	0,0	50,0
DF	2	0,6	2	0,6	5	1,4	0,0	150,0
ES	8	1,6	4	0,8	2	0,4	-50,0	-50,0
GO	7	0,7	13	1,4	6	0,6	85,7	-53,8
MA	7	0,7	10	0,9	2	0,2	42,9	-80,0
MG	14	0,6	9	0,4	12	0,5	-35,7	33,3
MS	7	1,7	4	1,0	3	0,7	-42,9	-25,0
MT	3	0,5	2	0,4	11	1,9	-33,3	450,0
PA	4	0,3	10	0,8	19	1,5	150,0	90,0
PB	6	1,1	3	0,6	7	1,3	-50,0	133,3
PE	6	0,5	9	0,7	8	0,6	50,0	-11,1
PI	1	0,2	2	0,5	2	0,5	100,0	0,0
PR	6	0,4	8	0,5	9	0,6	33,3	12,5
RJ	16	0,8	14	0,7	23	1,2	-12,5	64,3
RN	6	1,4	2	0,5	3	0,7	-66,7	50,0
RO	1	0,4	0	0,0	5	2,2	-100,0	0,0
RR	1	0,8	2	1,6	0	0,0	100,0	-100,0
RS	8	0,6	15	1,2	3	0,2	87,5	-80,0
SC	6	0,6	7	0,7	9	0,9	16,7	28,6
SE	1	0,3	2	0,7	2	0,7	100,0	0,0
SP	21	0,4	23	0,4	35	0,7	9,5	52,2
TO	2	0,9	3	1,3	1	0,4	50,0	-66,7

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária 0 a 9 anos.

(2) As taxas populacionais dos três anos foram calculadas com base na população indicada pelo Censo 2022.

(3) Desconsideraram-se as vítimas da Bahia do ano de 2022 para o cálculo da variação nacional 2021-2022.

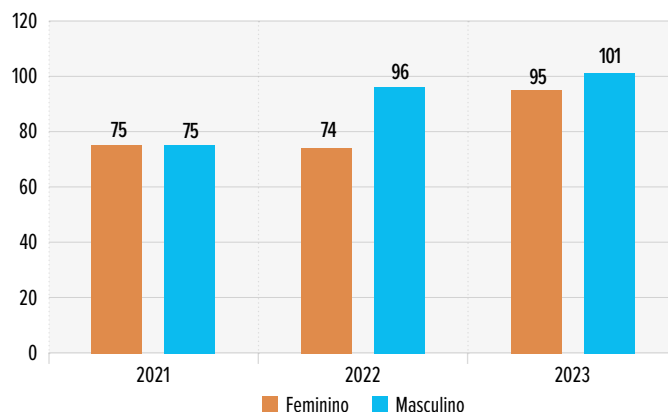
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022-IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na desagregação por gênero da vítima, a proporção é muito similar nos três anos. Em 2021, houve a divisão exatamente igualitária entre vítimas meninos e meninas. Em 2022, nota-se o crescimento das vítimas do sexo masculino que passam a compor 56,5% do total de casos. Em 2023, apesar do crescimento geral dos casos, a proporcionalidade do sexo da vítima volta a ficar praticamente equidistante. Na média dos três anos, têm-se 52,7% de vítimas do sexo masculino e 47,3% do sexo feminino. Assim, tanto meninas quanto meninos são vítimas de violência letal na infância. Neste sentido, o

gênero parece exercer pouca influência nessa faixa etária, seja como fator de risco ou fator protetivo para o desfecho da violência letal, embora o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024)¹⁵ tenha mostrado que, entre os 0 e 9 anos, são os meninos que sofrem mais maus-tratos, o que pode ser explicado pelas expectativas de gênero e padrões de disciplina diferenciados.

GRÁFICO 12

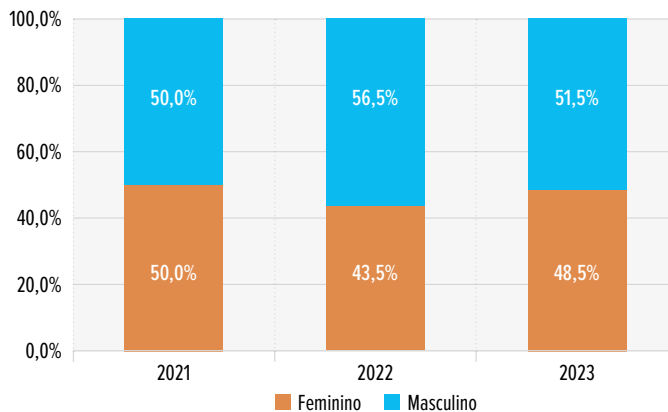
MVI por sexo e por ano, vítimas de 0 a 9 anos
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 13

% de MVI por sexo e por ano, vítimas de 0 a 9 anos
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Já no que diz respeito a cor/raça, o cenário muda. Na média dos três anos, 67% das vítimas de violência letal de até 9 anos eram negras e 31,2% brancas. Assim, a desigualdade racial atinge desproporcionalmente meninos e meninas negros, mesmo quando se trata do fenômeno da violência letal doméstica. Essa desproporção, ademais, vem aumentando ao longo dos anos.

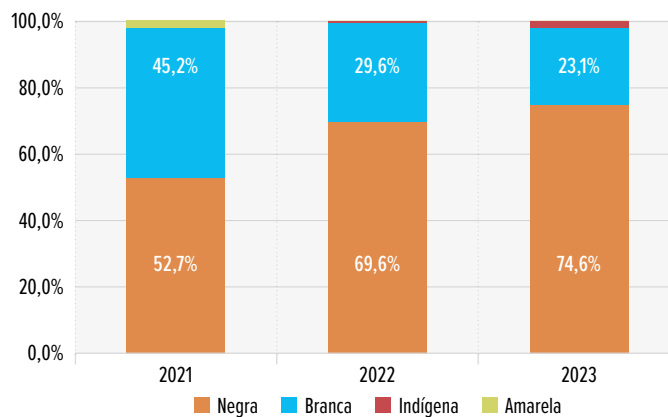
¹⁵ Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

Em 2021, 52,7% das vítimas eram negras, passando para 69,6% dos casos em 2022 e para 74,6% em 2023. O crescimento expressivo desse percentual merece ser acompanhado nos próximos anos para que possamos ter uma análise histórica mais longa que nos permita avaliar essas oscilações. Conforme já dito, os dados apresentados na edição anterior do *Panorama* possuem lacunas que dificultam comparações mais precisas com os achados referentes ao período de 2016 a 2020.

Um fator que pode compor a causa explicativa, é o percentual de fatos cuja raça/cor da vítima não está preenchido na base de dados. Em 2021, esse valor era de 38,8%, caindo para 26,9% no ano seguinte e voltando a crescer para 32,3% em 2023. Como ainda restam em torno de 1/3 das vítimas sem identificação de raça/cor, é possível que esse percentual tenha exercido alguma influência no percentual de crianças negras vítimas de violência letal ao longo do tempo.

GRÁFICO 14

**% de MVI por raça/cor e por ano, vítimas de 0 a 9 anos
 Brasil (2021-2023)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De todo modo, está dado que o fator racial exerce um peso importante na dinâmica da violência letal contra os mais novos. Na análise das taxas de vitimização por grupos de 100 mil para o ano de 2023, fica evidente o quanto é o fator raça/cor que exerce maior influência para as mortes de vítimas com até 9 anos. A comparação das taxas entre meninos e meninas quase não evidencia diferenças, sendo o recorte de meninas negras aquele que apresenta a maior taxa entre os quatro grupos (0,7). Assim, uma criança negra de até 9 anos, independente do sexo, possui 3 vezes mais chance de ser vítima de morte violenta do que uma criança branca.

TABELA 4

Taxa de MVI por 100 mil habitantes, por cor/raça e por sexo,
vítimas entre 0 e 9 anos

Brasil, 2023

	Cor/raça negra	Cor/raça branca	Total
Sexo Feminino	0,7	0,2	0,5
Sexo Masculino	0,6	0,3	0,5
Total	0,7	0,3	0,5

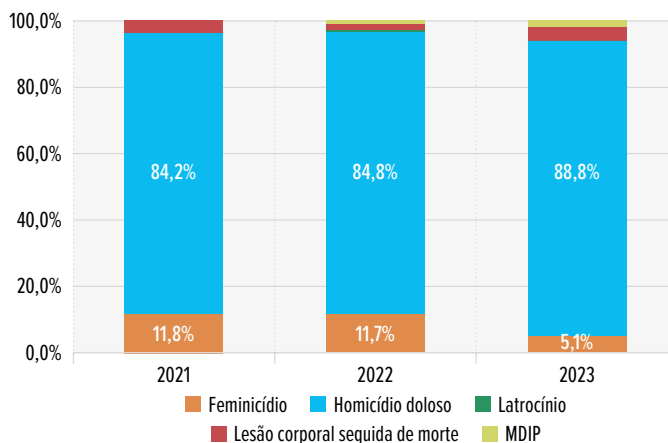
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os tipos de crimes que acometem essa faixa etária variam pouco na análise anual. O homicídio doloso continua a ser o principal tipo penal, variando de 84,2% a 88,8%, sem grandes mudanças ao longo dos anos. As variações que podem ser observadas dizem respeito à queda dos feminicídios na faixa etária que passam de 11,8% em 2021 e 11,7% em 2022 para 5,1% em 2023; e o aumento do percentual de lesão corporal seguida de morte que passou de 1,8% em 2022 para 4,1% em 2023.

GRÁFICO 15

% de MVI por tipo de crime e por ano, vítimas de 0 a 9 anos

Brasil (2021-2023)



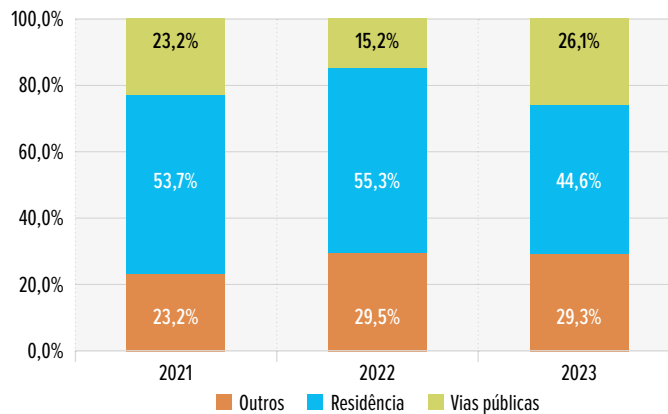
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como dito logo no início deste tópico, o local de ocorrência da violência letal que acomete as crianças de até 9 anos é um dos principais elementos que diferencia o fenômeno daquele que será observado entre os mais velhos. Em 2021, 53,7% das vítimas morreram dentro de casa, valor que cresceu um pouco no ano seguinte (55,3%), mas caiu no ano de 2023, chegando a 44,6%. No último ano, cresceu 105% o percentual de fatos ocorridos na via pública que passaram a corresponder a 26,1% do total de mortes. É possível supor, portanto, que, no período mais recente, a violência urbana *invadiu* uma faixa etária que costuma estar mais protegida da violência que ocorre fora da residência.

GRÁFICO 16

% de vítimas de MVI por tipo de local da ocorrência e por ano, vítimas de 0 a 9 anos

Brasil (2021-2023)



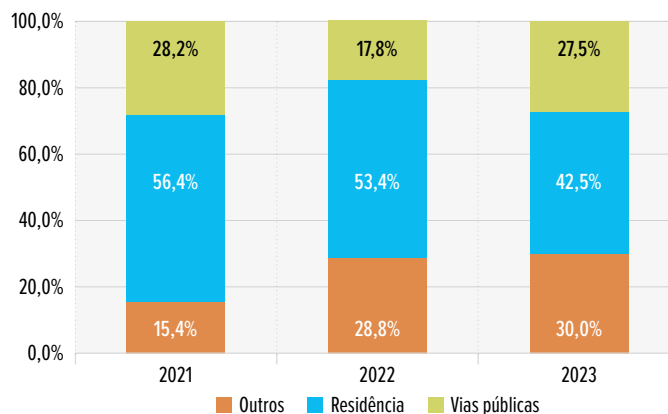
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essa hipótese se fortalece quando cruzamos os dados de local de crime com o sexo da vítima. No gráfico a seguir, estão dispostos os percentuais de mortes de meninos de até 9 anos nos últimos três anos por local de ocorrência. Nota-se a queda no percentual de vítimas do sexo masculino que morreram dentro de casa (de 56,4% em 2021 para 42,5% em 2023) e aumento no percentual de crimes que ocorreram na via pública, nesse caso só em relação ao último ano (de 17,8% em 2022 para 27,5% em 2023). Vale lembrar, no entanto, que em 2021 o Brasil passava pela pandemia de Covid-19 e a sociedade viveu longos períodos sob isolamento social, o que pode explicar o elevado percentual de casos de mortos na residência.

GRÁFICO 17

% de MVI de vítimas do sexo masculino de 0 a 9 anos, por ano e por tipo de local do crime

Brasil (2021-2023)



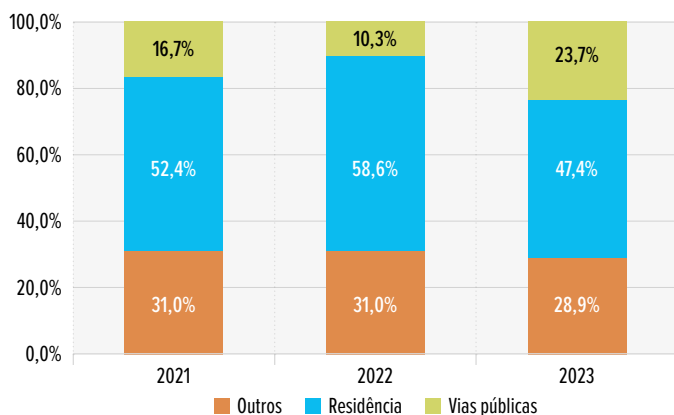
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No caso das meninas, o fenômeno se repete, e é possível observar a diminuição proporcional das mortes que ocorreram na residência de 2022 para 2023 (de 58,6% para 47,4%) e o aumento do percentual de fatos ocorridos na via pública (de 10,3% para 23,7% no último ano), o que assim como nos caso dos meninos, pode estar relacionado ao fim do período de isolamento social imposto pela pandemia de covid-19.

GRÁFICO 18

% de MVI de vítimas do sexo feminino de 0 a 9 anos, por ano e por tipo de local de crime

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

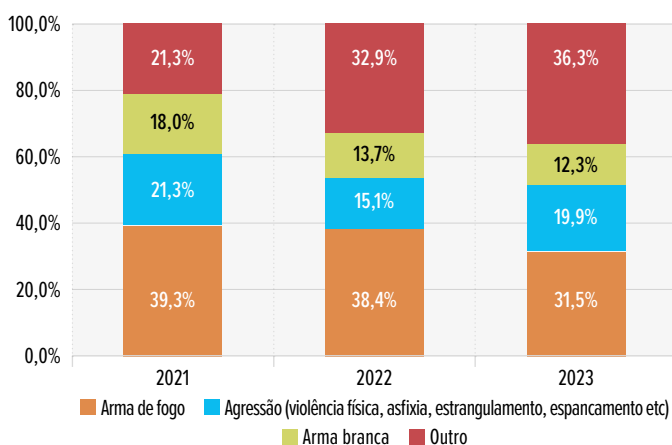
A análise a respeito do instrumento utilizado no crime apresenta um cenário de diminuição do percentual entre 2021 e 2022 de crimes cometidos pela agressão (de 21,3% para 15,1%), mas praticamente a manutenção do percentual do uso de arma de fogo. Em 2022, foi a categoria “outros” instrumentos que ganhou maior relevância, o que continuou crescendo também no seguinte¹⁶. Essas categorias de instrumentos, vale ressaltar, são construídas pelo FBSP em um processo de padronização dos termos utilizados pelas autoridades policiais, de modo que seja possível agregar as respostas e produzir as análises mais objetivas. Além do aumento da categoria “outros” – quando há algum instrumento indicado pela autoridade que não caracterize nenhuma das outras opções –, nota-se também a queda no percentual das mortes com uso de armas de fogo, apesar do aumento do número absoluto (passou de 35 vítimas por arma de fogo em 2021, para 46 em 2023). A queda no percentual se explica pelo aumento, em 2023, do número de agressões (foram 29) e do uso de outros instrumentos (53).

¹⁶ A categoria “Outros” inclui os instrumentos que não puderam ser classificados como arma branca, agressão ou arma de fogo, indicando a baixa qualidade do preenchimento da variável nas bases de microdados dos estados.

GRÁFICO 19

% de vítimas de MVI por instrumento utilizado e por ano, vítimas de 0 a 9 anos

Brasil (2021-2023)



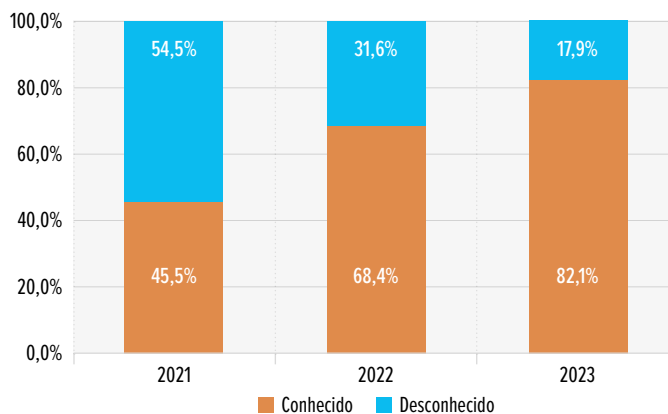
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Finalmente, no que diz respeito à relação autor-vítima, como já ressaltamos, o baixo percentual de respostas a esse campo impõe limites às análises. Dos 520 casos de violência letal nessa faixa etária ocorridos entre 2021 e 2023, apenas 69 possuem a informação sobre a relação autor-vítima. Ainda assim, na série histórica ora observada, percebe-se um evidente aumento do percentual de autores conhecidos que passou de menos da metade em 2021, para 82,1% em 2023. Essa melhora, no entanto, pode ser oriunda do aprimoramento do preenchimento dos autores conhecidos, já que essa é uma informação que, quando está presente, é porque já se sabe da autoria desde a comunicação do fato.

GRÁFICO 20

% de vítimas de MVI, por ano e por tipo de relação entre autor e vítima, vítimas de 0 a 9 anos

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

1.3 VIOLÊNCIA LETAL URBANA: MORTES VIOLENTAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 10 A 19 ANOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

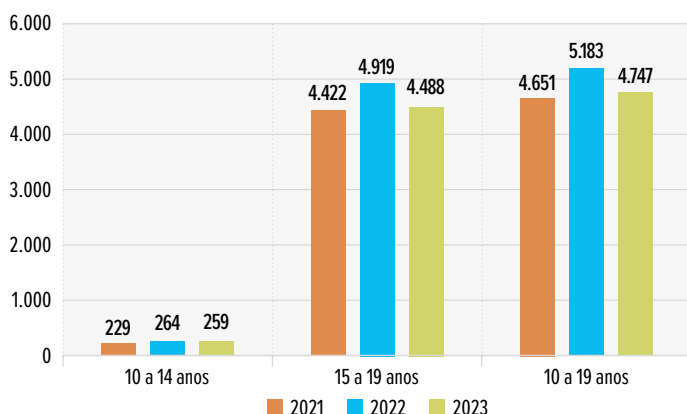
Há uma longa tradição na literatura brasileira de estudos sobre a chamada violência urbana, sobre a qual se presume ocorrer na esfera pública, preferencialmente nas ruas e cometidas por pessoas estranhas à vítima, ou seja, com as quais ela não possui um relacionamento anterior ao ato violento. Nesse fenômeno estão incluídas, por exemplo, as mortes que decorrem de conflitos entre facções criminosas que tanto podem acometer vítimas intencionais, como ocasionais, as chamadas vítimas de “bala perdida”. Os confrontos policiais e latrocínios também costumam entrar nesse universo da violência urbana. Para se tornar vítima de um evento violento como esse, portanto, presume-se que o indivíduo esteja em circulação no espaço público, já que os assassinatos próprios dessa dinâmica que ocorrem dentro do ambiente doméstico (execuções encomendadas, por exemplo) representam apenas uma parcela pequena do total de casos.

Nos últimos três anos foram 14.581 vítimas fatais de atos violentos possuindo entre 10 e 19 anos no Brasil. Diferentemente da violência com vítimas até 9 anos, contudo, os números diminuíram no último ano. Houve uma queda de 8,4% considerando a faixa etária 10-19 anos entre 2022 e 2023, 1,9% considerando a faixa 10-14 anos e 8,8% considerando a faixa etária 15-19. No entanto, não se pode desconsiderar que todos os anos mais de 200 meninos e meninas entre 10 e 14 anos também são mortos intencionalmente em todo o país.

Não se pode desconsiderar que todos os anos mais de 200 meninos e meninas entre 10 e 14 anos também são mortos intencionalmente em todo o país.

GRÁFICO 21

MVI de vítimas de 10 a 19 anos, por faixa etária e por ano
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação aos estados que apresentam os menores índices de MVI entre adolescentes de 10 a 19 anos, destacam-se São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.



A avaliação do cenário em cada UF traz à luz diferenças importantes da violência urbana a depender do estado. Se a taxa nacional de vítimas entre 10 e 19 anos ficou em 16,9 por 100 mil em 2023, em locais como no Amapá o valor foi quase 4 vezes maior, de 65,4 por 100 mil. Na Bahia, tanto em 2022 quanto em 2023, a taxa de MVI para essa faixa etária ficou em 45,7 e 43,7, respectivamente. Esses dois estados lideram as mortes violentas de crianças e adolescentes no país, seguidos pelo Espírito Santo, com taxa de 36,4 no último ano. Vale notar que no Amapá em 2023 foram 28 mortes decorrentes de intervenção policial, o que representa 33,3% do total de mortes. Na Bahia, o percentual de letalidade policial em relação ao total de mortes no último ano foi de 31,8%. Esses números e a discussão sobre MDIP será retomada mais à frente.

Em relação aos estados que apresentam os menores índices de MVI entre adolescentes de 10 a 19 anos, destacam-se São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. Os números de Goiás, por sua vez, precisam ser analisados com cautela na medida em que o estado não incluiu na sua base as idades simples das vítimas de MDIP, de modo que os valores aqui apresentados para a UF dizem respeito apenas aos crimes de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio. Nos anos de 2021 e 2022, o estado de Goiás teve, respectivamente, 564 e 538 mortes por intervenção policial de todas as idades, o que representou, em média, 30% de todas as mortes violentas intencionais do estado. Ou seja, o total de mortes provocadas pelas polícias no estado é elevado quando comparado com a média nacional (cerca de 13,5%), de modo que a ausência da informação de idade simples apenas para estes registros impacta sensivelmente a análise do estado, impossibilitando comparações com os demais.

TABELA 5

Mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes (10 a 19 anos)

Brasil e UFs – 2021-2023

Brasil e Unidades da Federação	2021		2022		2023		Var. 2021-2022 (em %) ⁽³⁾	Var. 2022-2023 (em %)
	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}		
Brasil	4.651	16,6	5.183	18,5	4.747	16,9	-9,0	-8,4
AC	38	24,6	46	29,8	31	20,1	21,1	-32,6
AL	213	42,2	155	30,7	141	27,9	-27,2	-9,0
AM	208	28,7	169	23,3	131	18,1	-18,8	-22,5
AP	87	65,4	43	32,3	87	65,4	-50,6	102,3
BA	950	45,7	909	43,7	...	-4,3
CE	548	43,3	451	35,6	383	30,2	-17,7	-15,1
DF	37	9,5	45	11,5	20	5,1	21,6	-55,6
ES	187	37,2	170	33,8	183	36,4	-9,1	7,6
GO	99	10,1	76	7,7	69	7,0	-23,2	-9,2
MA	268	22,4	226	18,9	221	18,5	-15,7	-2,2
MG	302	11,5	286	10,9	268	10,2	-5,3	-6,3
MS	78	19,6	38	9,6	49	12,3	-51,3	28,9
MT	84	15,7	113	21,1	116	21,7	34,5	2,7
PA	310	21,9	307	21,7	234	16,5	-1,0	-23,8
PB	111	19,1	137	23,6	115	19,8	23,4	-16,1
PE	508	37,9	440	32,8	404	30,1	-13,4	-8,2
PI	89	17,9	92	18,5	67	13,5	3,4	-27,2
PR	184	12,3	259	17,3	177	11,8	40,8	-31,7
RJ	460	23,3	344	17,4	404	20,4	-25,2	17,4
RN	135	28,5	127	26,8	113	23,9	-5,9	-11,0
RO	30	12,5	44	18,4	38	15,9	46,7	0,0
RR	25	21,7	18	15,6	10	8,7	-28,0	-44,4
RS	196	15,1	222	17,1	164	12,6	13,3	-26,1
SC	70	7,4	45	4,8	48	5,1	-35,7	6,7
SE	72	21,3	80	23,7	63	18,7	11,1	-21,3
SP	270	4,8	257	4,6	257	4,6	-4,8	0,0
TO	42	17,2	43	17,6	45	18,4	2,4	4,7

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária 10 a 19 anos.

(2) As taxas populacionais dos três anos foram calculadas com base na população indicada pelo Censo 2022.

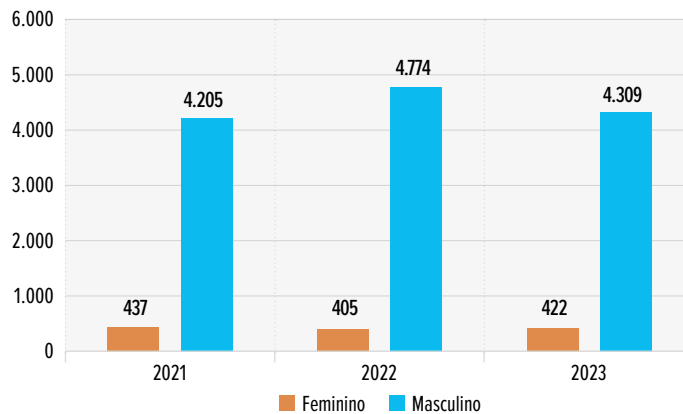
(3) Desconsideram-se as vítimas da Bahia do ano de 2022 para o cálculo da variação nacional 2021-2022.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022- IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Diferentemente do perfil analisado no caso da violência letal doméstica, para as vítimas mais velhas a prevalência de gênero é bastante exaltada. Em média, morrem 10 vezes mais crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos do sexo masculino do que feminino. Em 2023, nota-se um leve aumento percentual das vítimas mulheres em relação ao ano anterior, chegando a 8,9% do total de casos. Em 2021, esse percentual havia sido ainda maior, de 9,4%. Em todo caso, as alterações não são capazes de alterar o perfil majoritário das vítimas que permanece vitimando meninos em no mínimo 90% dos casos.

GRÁFICO 22

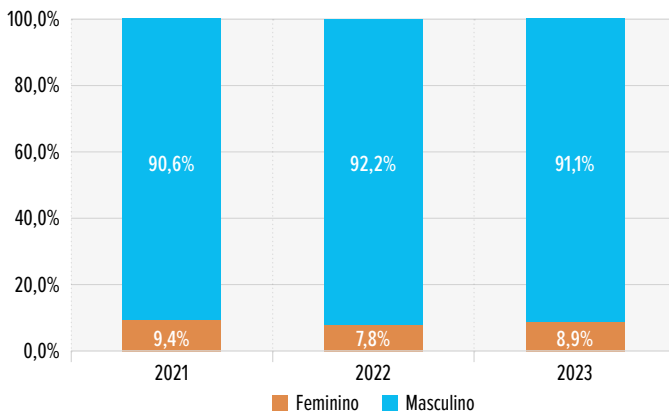
MVI por sexo e por ano, vítimas de 10 a 19 anos
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 23

% de MVI por sexo e por ano, vítimas de 10 a 19 anos
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

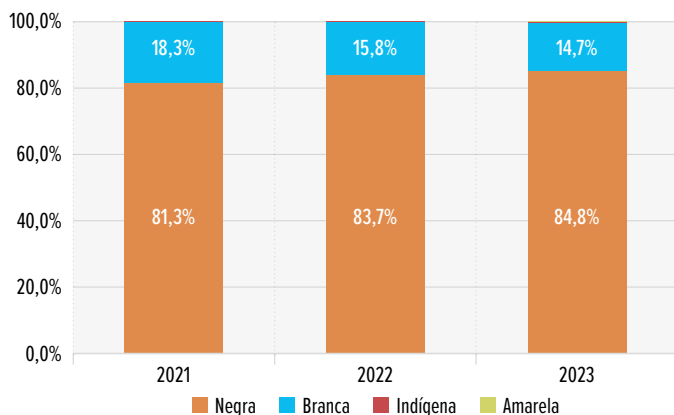
Em relação à raça/cor das vítimas, assim como no caso das mortes que atingem os mais novos (0-9 anos), para as crianças maiores e os adolescentes as principais vítimas são negras, com um aumento no percentual nos últimos anos. No entanto, aqui a diferença foi bem menor e não chega a alterar a distribuição racial das vítimas que foi, na **média dos três anos, de 83,4% de vítimas negras de 10 a 19 anos e 16,2% de brancas na mesma faixa etária**. Em números absolutos, foram perdidas pelo menos 9.092 vidas de pessoas negras entre 10 e 19 anos e 1.763 vidas de pessoas brancas na mesma faixa etária¹⁷.

Para as crianças maiores e os adolescentes as principais vítimas são negras, com um aumento no percentual nos últimos anos.

17 A informação sobre raça/cor da vítima não foi preenchida para 25% das vítimas de MVI de 10 a 19 anos entre 2021 e 2023. Dessa forma, os números referem-se apenas aos 75% dos casos para os quais a informação estava disponível.

GRÁFICO 24

% de MVI por raça/cor da vítima e por ano, vítimas de 10 a 19 anos
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Seguindo a mesma metodologia de produção de taxas dos crimes por grupo específico de população, na tabela a seguir são apresentadas as taxas de vitimização por 100 mil habitantes a partir do cruzamento entre sexo e cor/raça da vítima. Os resultados evidenciam a estrondosa taxa de 33,4 vítimas para cada 100 mil crianças/adolescentes entre 10 e 19 anos do sexo masculino e cor/raça negra. A comparação com a taxa para os brancos do sexo masculino, que é de 8,2 mortes por 100 mil, evidencia o peso que o fator cor/raça tem na dinâmica da violência letal para essa faixa etária. Quando se observam os extremos, por sua vez, a chance de ser vítima de MVI de quem tenha entre 10 e 19 anos e seja do sexo masculino e negro é 22 vezes maior do alguém da mesma idade, do sexo feminino e cor branca.

TABELA 6

Taxa de MVI por 100 mil habitantes por raça/cor e por sexo,
vítimas de 10 a 19 anos
Brasil, 2023

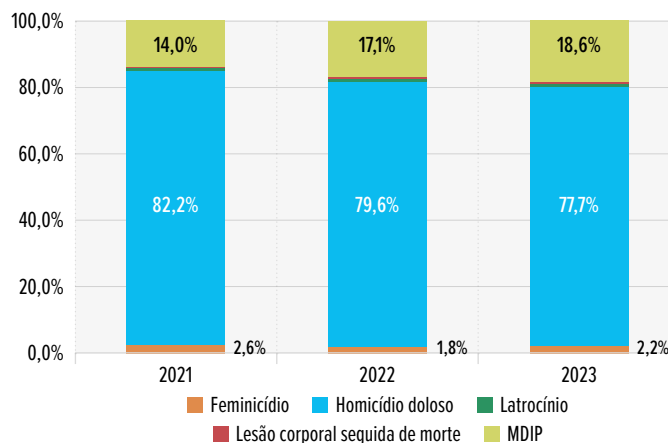
	Cor/raça negra	Cor/raça branca	Total
Sexo Feminino	3,1	1,6	2,5
Sexo Masculino	33,4	8,2	23,5
Total	18,7	4,9	13,2

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como já adiantamos, na análise da dinâmica da chamada violência urbana, há variações importantes na distribuição do tipo de crime. Por um lado, assim como nas vítimas entre 0 e 9 anos, o homicídio doloso continua sendo o crime que prevalece. Por outro, também em relação ao primeiro grupo etário analisado, há uma diminuição do percentual dos feminicídios que aqui representam uma média de 2% do total de vítimas e **um aumento considerável do percentual de mortes decorrente de intervenção policial**. Essa categoria, além do mais, vem crescendo ao longo dos anos. **Em 2021, as mortes de adolescentes provocadas por policiais representavam 14% do total dos fatos, subindo para 17,1% no ano seguinte e chegando a 18,6% em 2023, constituindo a segunda causa de mortes violentas intencionais nessa faixa etária, atrás apenas do homicídio doloso.**

GRÁFICO 25

% de MVI por tipo de crime e por ano, vítimas de 10 a 19 anos
 Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A letalidade policial, portanto, precisa ser analisada com mais atenção para esse recorte etário. Na tabela a seguir estão dispostas as taxas de MDIP para vítimas de 10 a 19 anos por ano e por UF. Apenas em 2023, foram quase 900 vidas perdidas em decorrência de intervenções policiais nessa faixa etária, com uma taxa que ficou na média de 3 vítimas para cada grupo de 100 mil. Novamente, chama a atenção a taxa do Amapá em 2023, que foi de 21,8 – aumento de 61,1% em relação ao ano anterior. Assim, considerando apenas as mortes decorrentes de intervenção policial, o estado apresenta taxa de vitimização maior do que a taxa do total de mortes violentas de 20 estados do país (desconsiderando Goiás que não apresentou dados de MDIP).

TABELA 7

Mortes decorrentes de intervenção policial de crianças e adolescentes (10 a 19 anos)

Brasil e UFs – 2021-2023

Brasil e Unidades da Federação	2021		2022		2023		Var. 2021-2022 (em %) ⁽³⁾	Var. 2022-2023 (em %)
	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾		
Brasil	653	2,3	887	3,2	881	3,1	-1,2	-0,7
AC	4	2,6	6	3,9	2	1,3	50,0	-66,7
AL	19	3,8	5	1,0	3	0,6	-73,7	-40,0
AM	19	2,6	15	2,1	8	1,1	-21,1	-46,7
AP	22	16,5	18	13,5	29	21,8	-18,2	61,1
BA	...	0	242	11,6	289	13,9	...	19,4
CE	35	2,8	39	3,1	25	2,0	11,4	-35,9
DF	2	0,5	7	1,8	1	0,3	250,0	-85,7
ES	14	2,8	10	2,0	18	3,6	-28,6	80,0
GO
MA	19	1,6	16	1,3	8	0,7	-15,8	-50,0
MG	18	0,7	26	1,0	16	0,6	44,4	-38,5
MS	12	3,0	2	0,5	11	2,8	-83,3	450,0
MT	13	2,4	21	3,9	32	6,0	61,5	52,4
PA	96	6,8	106	7,5	69	4,9	10,4	-34,9
PB	8	1,4	13	2,2	13	2,2	62,5	0,0
PE	25	1,9	14	1,0	19	1,4	-44,0	35,7
PI	4	0,8	8	1,6	3	0,6	100,0	-62,5
PR	5	0,3	75	5,0	36	2,4	1.400,0	-52,0
RJ	155	7,8	127	6,4	119	6,0	-18,1	-6,3
RN	33	7,0	17	3,6	21	4,4	-48,5	23,5
RO	0	0,0	1	0,4	1	0,4	0,0	0,0
RR	1	0,9	3	2,6	3	2,6	200,0	0,0
RS	17	1,3	18	1,4	30	2,3	5,9	66,7
SC	18	1,9	9	1,0	11	1,2	-50,0	22,2
SE	27	8,0	18	5,3	24	7,1	-33,3	33,3
SP	83	1,5	68	1,2	86	1,5	-18,1	26,5
TO	4	1,6	3	1,2	4	1,6	-25,0	33,3

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária 10 a 19 anos.

(2) As taxas populacionais dos três anos foram calculadas com base na população indicada pelo Censo 2022.

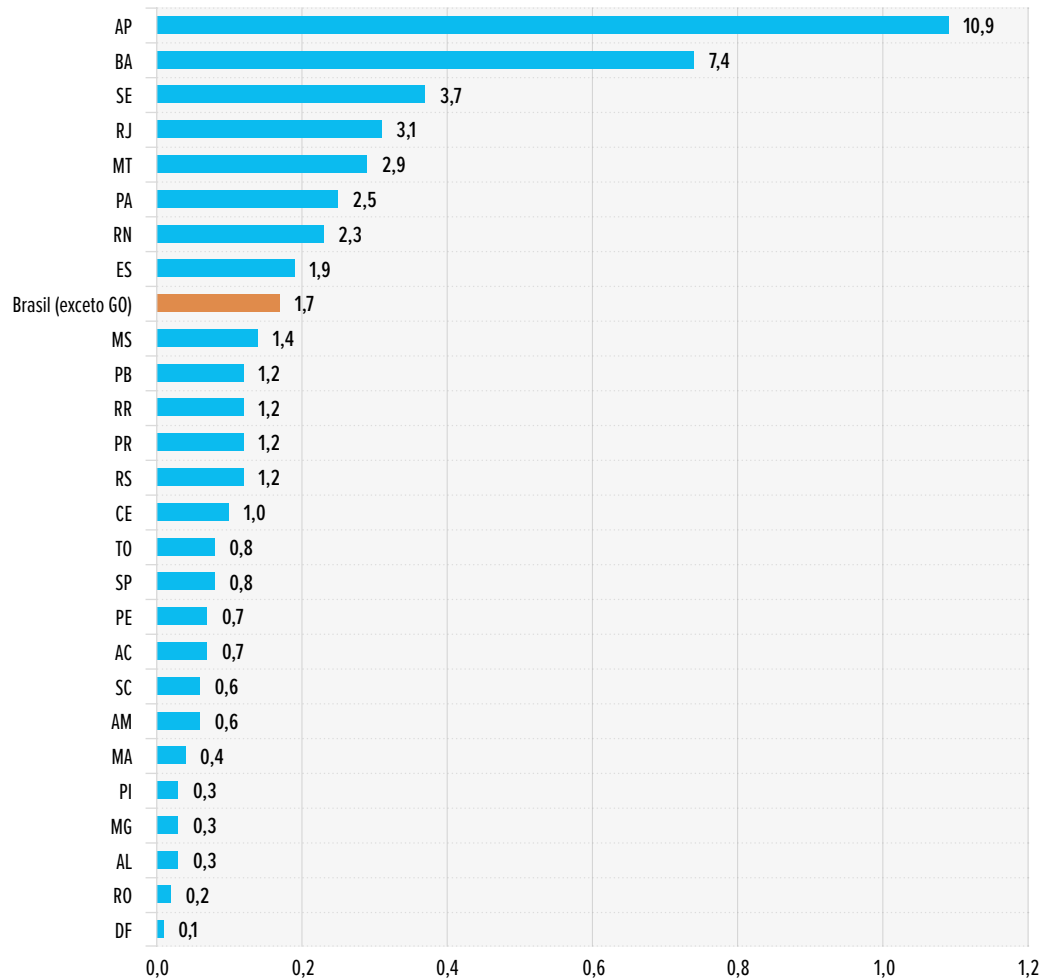
(3) Desconsideram-se as vítimas da Bahia do ano de 2022 para o cálculo da variação nacional 2021-2022.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022- IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estado da Bahia também se destaca negativamente, com taxa de letalidade policial de 13,9 vítimas para cada 100 mil em 2023, valor 19,4% maior do que no ano anterior. Já no Mato Grosso, apesar da taxa ser menor, de 6,0 em 2023, houve dois crescimentos sucessivos (de 61,5% de 2021 para 2022 e de 52,4% no último ano). Por fim, observando os números absolutos, a situação do Paraná chama atenção, na medida em que haviam sido 5 vítimas em 2021 e passaram para 75 (+1.400%) no ano seguinte, com queda para 36 em 2023. A oscilação, porém, é possivelmente explicada pela variação na qualidade do preenchimento da variável idade na base de MDIP do Paraná: o percentual de vítimas sem a informação preenchida na base de dados foi de cerca de 80% em 2021, passando para menos de 1% em 2022, e chegando a 15% em 2023.

GRÁFICO 26

Mortes decorrentes de intervenções policiais, taxas por 100 mil habitantes, vítimas de 0 a 19 anos
Brasil e Unidades da Federação (2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

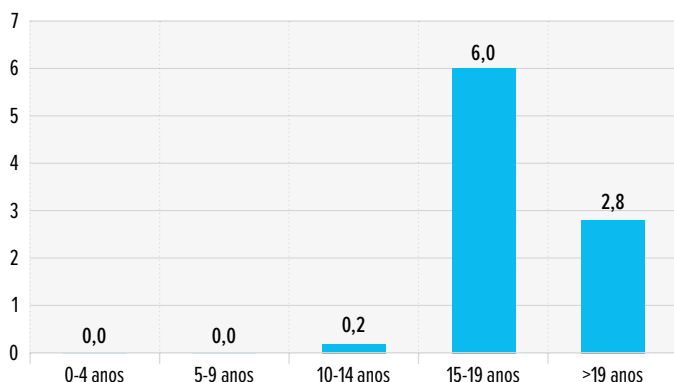
Os dados aqui apresentados evidenciam a interação violenta entre os agentes estatais e adolescentes de 15 a 19 anos, conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Enquanto a taxa de mortalidade por ações da polícia de pessoas com mais de 19 anos foi de 2,8 por grupo de 100 mil, na faixa etária de 15 a 19 anos a taxa registrada no último ano chegou a 6,0 por 100 mil adolescentes neste grupo etário. Ou seja, a taxa de letalidade provocada pelas polícias entre adolescentes de 15 a 19 anos é 113,9% superior à taxa verificada entre adultos.

A taxa de letalidade provocada pelas polícias entre adolescentes de 15 a 19 anos é 113,9% superior à taxa verificada entre adultos.

GRÁFICO 27

Mortes decorrentes de intervenções policiais, taxas por 100 mil habitantes, por faixa etária

Brasil (2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A análise das taxas de mortes de crianças e adolescentes decorrentes de intervenções policiais por UF evidencia o quadro desigual verificado no Brasil. Enquanto no Amapá a taxa chega a 10,9 por 100 mil, e na Bahia a 7,4 por 100 mil, Distrito Federal apresentou uma taxa de mortalidade de 0,1 por 100 mil, a menor do país. Vale destacar que a análise por UF indica que 18 das 26 UFs analisadas para este indicador apresentaram taxa média de letalidade policial inferior à média nacional. Isto significa dizer que, se podemos afirmar que o padrão de uso da força das polícias brasileiras é excessivamente letal, é também um fenômeno restrito a alguns estados.

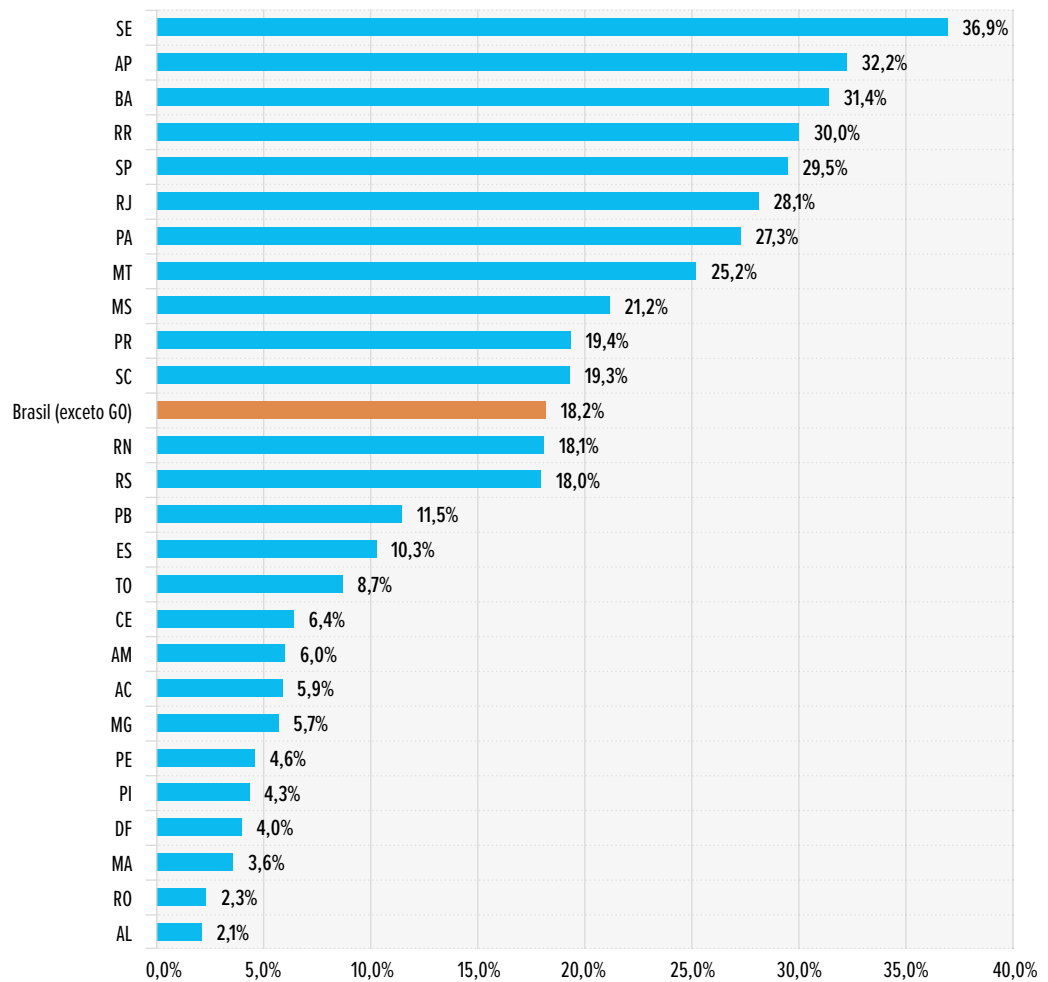
Outro indicador comumente utilizado para aferir uso da força letal pelas polícias é a proporção entre as mortes por intervenções em relação às demais mortes violentas no território. Como a análise das taxas isolada pode esconder determinados padrões, este é um mecanismo para dimensionar a força letal policial em relação aos demais assassinatos do território. Sob esta perspectiva, outros estados destacam-se na análise. É em Sergipe que se verifica a maior proporção de mortes provocadas por policiais quando comparado com o total de mortes violentas no grupo etário de 0-19 anos, chegando a 36,9% de todos os registros em 2023. Em segundo lugar aparece o Amapá, com 32,2%, a Bahia com 31,4%, Roraima com 30,0% e São Paulo com 29,5%. Os casos de Roraima e São Paulo chamam atenção porque, embora registrem taxas de letalidade policial de crianças e adolescentes abaixo da média nacional, apresentam uma proporção de mortes de autoria dos agentes estatais elevada, de modo que a participação do Estado nas mortes violentas intencionais neste grupo etário demonstra-se muito significativa. Ou seja, **se do dia para a noite as polícias de São Paulo ou de Roraima deixassem de fazer uso da força letal, teríamos automaticamente uma queda de 30% no número de crianças e adolescentes vítimas de MVI**. Esta análise indica que uma política de redução de homicídios com foco em crianças e adolescentes precisa, em vários estados, necessariamente considerar o controle do uso da força das polícias como uma variável chave para seu sucesso.

Uma política de redução de homicídios com foco em crianças e adolescentes precisa, em vários estados, necessariamente considerar o controle do uso da força das polícias como uma variável chave para seu sucesso.

GRÁFICO 28

Proporção de mortes decorrentes de intervenções policiais em relação ao total de MVI, vítimas de 0 a 19 anos

Brasil e Unidades da Federação (2023)



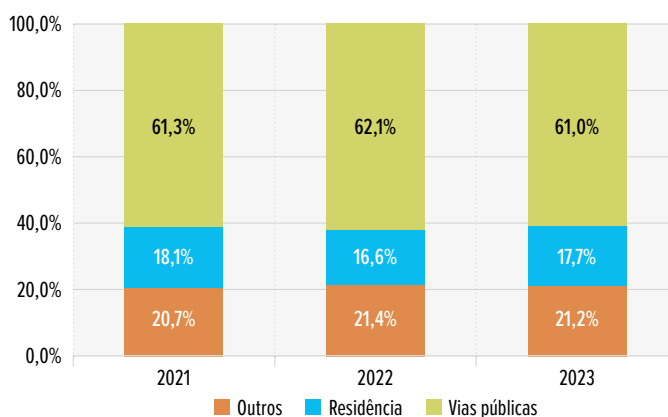
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em se tratando de violência urbana, fica evidente que a maior parte das mortes violentas com vítimas entre 10 e 19 anos ocorrem na via pública. Esse patamar variou pouco em cada ano, mantendo-se em torno dos 60%. Por outro lado, destaca-se que há uma média de 17% de eventos violentos com essa faixa etária que ocorreram dentro de casa. Poderíamos pensar em duas hipóteses: ou são dinâmicas da violência urbana que entram na residência, como execuções, ou são crianças e adolescentes que mesmo sendo mais velhos, acabam sendo vítimas de outras dinâmicas, como da violência intrafamiliar. Reforçando a primeira hipótese, um dado chama atenção: em três anos, 218 (15,4%) vítimas de MDIP na faixa 10-19 anos morreram dentro de uma residência. No Pará, foram 61 casos e no Amapá 26 vítimas (41,9% do total de MDIP no estado ocorreram na residência).

GRÁFICO 29

% de vítimas de MVI por tipo de local da ocorrência e por ano, vítimas de 10 a 19 anos

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

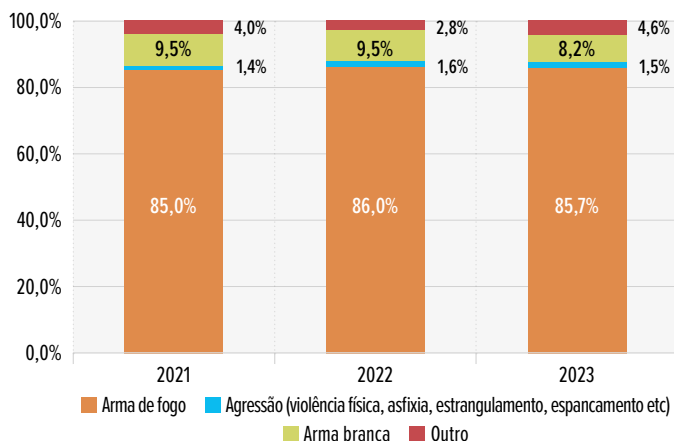
Quando quebramos a faixa etária 10-19 anos em duas, é possível perceber que para aqueles entre 10 e 14, 45,9% do total de mortes violentas ocorreram na via pública. Assim, ainda que mais novos, é um público já bastante marcado pela lógica da violência urbana. A percepção de que existem vítimas da violência urbana entre os mais novos do recorte etário analisado é reforçada quando observamos que, apenas entre as vítimas que possuem entre 10 e 14 anos, 72,3% foram mortas com uso de arma de fogo.

Já entre as vítimas de 15 a 19, o percentual de casos cometidos com armas de fogo foi de 86,3%, enquanto a proporção de ocorrências em vias públicas foi de 62,3%. Dessa forma, na faixa mais ampla (10-19 anos), o percentual cresce, ficando na faixa dos 85%, sem variações significativas nos últimos três anos.

GRÁFICO 30

% de vítimas de MVI por instrumento utilizado e por ano, vítimas de 10 a 19 anos

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

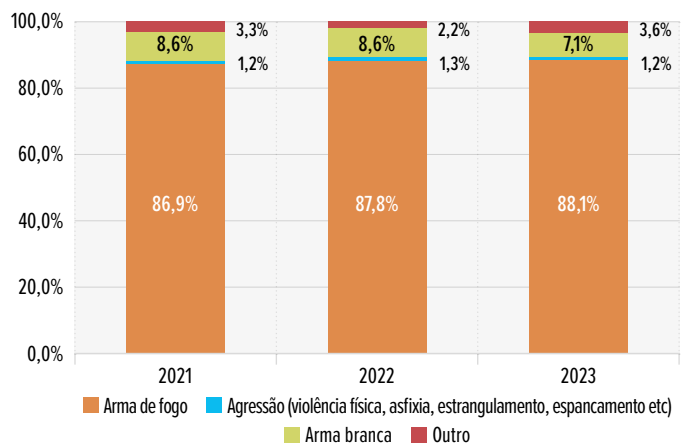
As diferenças do uso de instrumento são percebidas quando desagregamos as vítimas por sexo. Mesmo na dinâmica da violência urbana, portanto, as mulheres são mais vítimas de armas brancas e agressões. Nos últimos três anos, em torno de 20% das vítimas do sexo feminino de 10 a 19 anos morreram por arma branca e em média 5% por agressão. Em relação aos indivíduos da mesma faixa etária do sexo masculino, as armas brancas ficaram no patamar de 8% dos casos e as agressões não chegam a 2%.

Mesmo na dinâmica da violência urbana as mulheres são mais vítimas de armas brancas e agressões.

GRÁFICO 31

% de MVI por tipo de instrumento e por ano, vítimas do sexo masculino de 10 a 19 anos

Brasil (2021-2023)

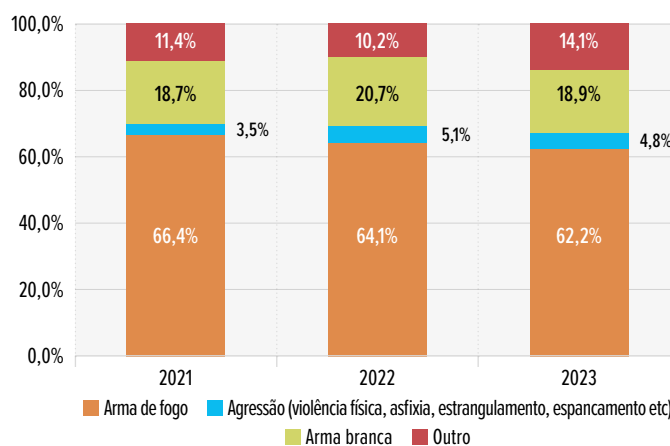


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 32

% de MVI por tipo de instrumento e por ano, vítimas do sexo feminino de 10 a 19 anos

Brasil (2021-2023)



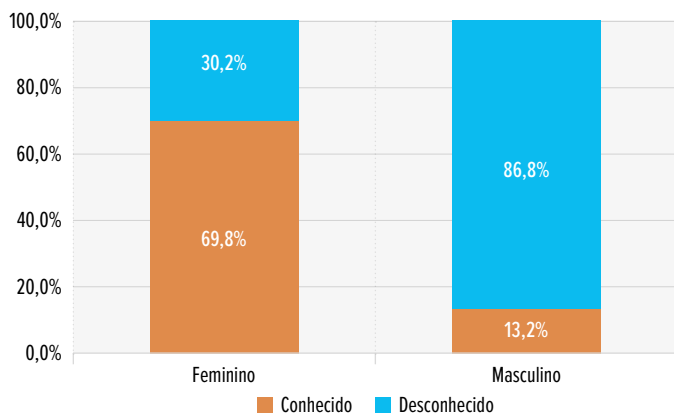
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para finalizar, os dados sobre a relação entre autor e vítima, na faixa 10-19 anos, indicam diferenças muito significativas a depender do sexo da vítima. Entre as meninas, 69,8% são autores conhecidos, o que cai para 13,2% em relação aos indivíduos do sexo masculino. Aqui, novamente, vale reiterar a precariedade do indicador, dado o baixo percentual de preenchimento do campo.

GRÁFICO 33

% de vítimas de MVI por sexo e por tipo de relação entre autor e vítima, vítimas de 10 a 19 anos

Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



2. Violência sexual

2.1 PERFIL DAS VÍTIMAS E DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

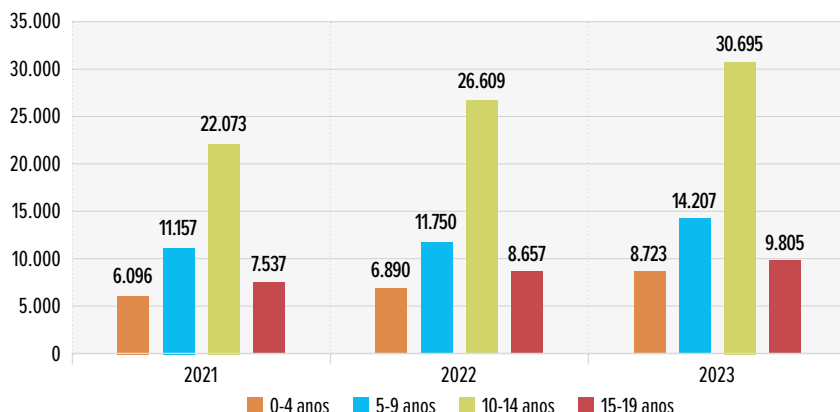
Mesmo considerando apenas a quantidade de fatos registrados, a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil já ostenta números alarmantes. Isso, sem contar os fatos ocorridos que não foram registrados. Conforme algumas pesquisas já realizadas, as taxas de subnotificações nesse tipo de delito são altíssimas. Em estimativa recentemente produzida pelo IPEA, afirma-se que apenas 8,5% dos eventos são reportados às autoridades policiais¹⁸. Assim, apenas em relação aos fatos notificados às polícias, nos últimos três anos, foram 164.199 estupros com vítimas de até 19 anos no país, com alta nos números nos dois anos mais recentes. Foram registrados 46.863 casos na faixa etária em 2021¹⁹, 53.906 em 2022²⁰ e 63.430 em 2023. Desconsiderando os dados dos estados que não enviaram as informações para a faixa etária de 0 a 19 em todos os anos, o número de estupros de crianças e adolescentes registrados aumentou 6% entre 2021 e 2022 e 13,8% em 2023. A elevação ocorreu em todas as faixas etárias, mas, proporcionalmente, **cresceram com mais intensidade nas faixas mais jovens**. Entre 0 e 4 anos, no último ano, os registros de estupros aumentaram em 23,5%; entre 5 e 9 anos, o crescimento foi de 17,3%. Já entre 10 e 14 anos, os números se elevaram 11,4% e, na última faixa (15-19 anos), 8,4%.

18 Ferreira, Helder et al. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. IPEA, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD_2880_web.pdf

19 Não inclui os estados do Acre, da Bahia e de Pernambuco, que não enviaram os dados de estupros desagregados para a faixa etária de 0 a 19 anos.

20 Não inclui o estado de Pernambuco, que não enviou os dados de estupro desagregados para a faixa etária de 0 a 19 anos.

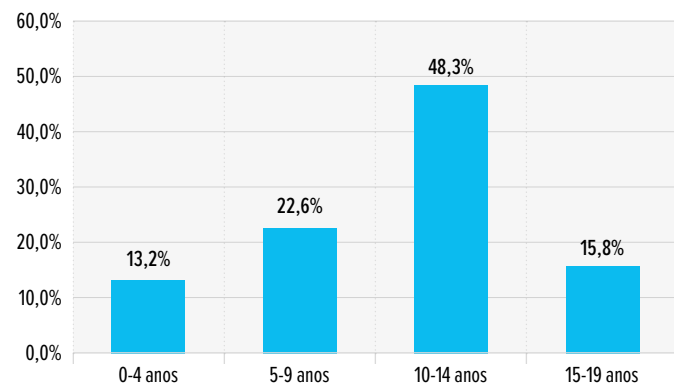
GRÁFICO 34

Vítimas de estupro e estupro de vulnerável por faixa etária e por ano
Brasil (2021-2023)

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As mudanças não impactam no perfil etário das vítimas. Considerando a média dos três anos, portanto, 48,3% das vítimas possuem entre 10 e 14 anos, a faixa mais vitimizada. A violência sexual, contudo, é muito presente entre crianças: 35,8% do total de crimes aqui considerados ocorre com quem possui até 9 anos. Já entre os mais velhos (15-19 anos), o percentual é de 15,8%. Assim, quando estamos tratando de violência sexual, estamos necessariamente falando de uma violência contra crianças que muitas vezes sequer possuem a capacidade de compreender o ato violento que está sendo cometido, o que impõe muitas barreiras à proteção das vítimas e responsabilização dos agressores. Conforme veremos, esse cenário se agrava na medida em que majoritariamente se trata de um crime cometido dentro da residência e por pessoas conhecidas da vítima.

GRÁFICO 35

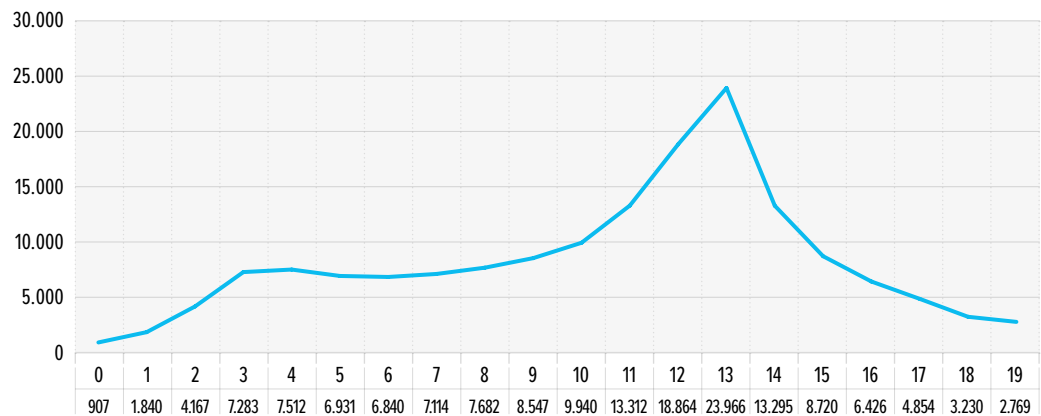
% de Estupros, por faixa etária
Brasil (2021-2023)

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Além da análise por faixa etária, a curva de eventos violentos por idade simples apresentada no gráfico a seguir revela o crescimento dos registros até os três anos de idade, seguido de uma certa estabilização no patamar dos 7 mil casos a cada ano de vida até a idade de 8 anos, quando a curva volta a crescer. A partir desse patamar, a curva de crescimento acelera chegando ao pico nos 13 anos de idade da vítima. Nos três últimos anos, foram 23.966 vítimas de estupro apenas nessa idade, o que representa 14,6% do total de vítimas. Os casos, a partir desse marco, começam então a cair ininterruptamente. Vale notar, portanto, quatro movimentos principais da curva: (1) aumento até os 3 anos em números mais baixos; (2) estabilização entre os 4 e os 10 anos, com leve aumento na porção final; (3) crescimento vertiginoso entre os 10 e os 13 anos, atingindo o pico da curva; (4) queda abrupta a partir dos 14, com leve estabilização na porção final.

GRÁFICO 36

Vítimas de estupro e estupro de vulnerável, por idade simples
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As vítimas do sexo feminino compõem a imensa maioria dos casos em todas as faixas etárias.

As vítimas do sexo feminino compõem a imensa maioria dos casos em todas as faixas etárias. Na média, portanto, 87,3% dos casos vitimaram meninas. Ainda assim, há distinções a depender da faixa etária que se observa. Entre os 0 e 4 anos, 21% dos casos atingiram meninos, valor que permanece praticamente inalterado na faixa seguinte, de 5 a 9 anos. Já entre as crianças mais velhas e adolescentes, as vítimas do sexo feminino representam mais de 90% dos casos. Assim, a alta prevalência da violência sexual no Brasil produz um cenário em que, mesmo as vítimas do sexo masculino representando em média menos de 13% dos casos, os estupro vitimaram mais de 20 mil meninos de até 19 anos nos últimos três anos. No próximo tópico, iremos retomar as diferenças do fenômeno que podem ser percebidas a partir do gênero da vítima.

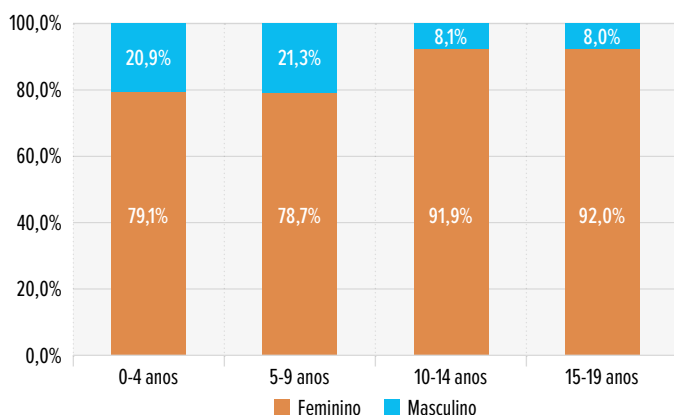
mesmo as vítimas do sexo masculino representando em média menos de 13% dos casos, os estupro vitimaram mais de 20 mil meninos de até 19 anos nos últimos três anos. No próximo tópico, iremos retomar as diferenças do fenômeno que podem ser percebidas a partir do gênero da vítima.



Em relação ao perfil étnico racial das vítimas, os dados dos últimos três anos podem indicar uma distribuição bastante proporcional entre vítimas brancas e negras no Brasil.

GRÁFICO 37

% de Estupros por faixa etária e por sexo
Brasil (2021-2023)



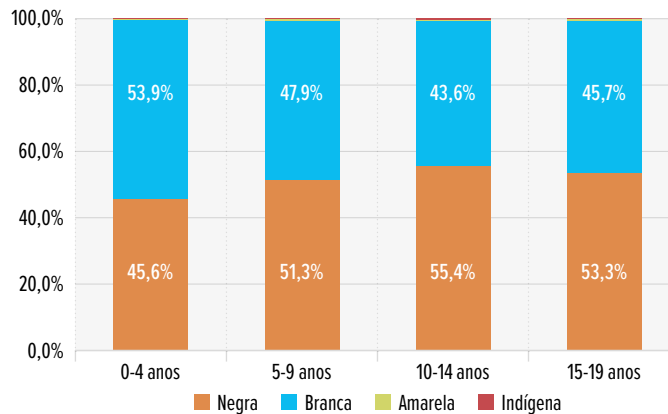
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação ao perfil étnico racial das vítimas, os dados dos últimos três anos podem indicar uma distribuição bastante proporcional entre vítimas brancas e negras no Brasil, com pouca variação a depender da faixa etária. Entre as crianças de até 4 anos, as de cor branca são a maioria (53,9%), o que se inverte a partir da faixa etária seguinte. A representação de vítimas negras é maior entre aqueles que possuem entre 10 e 14 anos, quando são 55,4% do total.

Conforme atentamos logo no início, todavia, estamos trabalhando com dados de registros que podem representar nem 10% do total de fatos que efetivamente ocorreram no país – dinâmica, aliás, que não acontece entre as mortes violentas, cujo nível de subnotificação tende a ser baixo. Assim, é preciso ter cautela ao afirmar que crianças e adolescentes brancas são mais vítimas de violência sexual, pois é possível que estejamos, na verdade, diante de um cenário de maior notificação por parte desse grupo de vítimas, dada a existência de uma maior rede de proteção em volta da população branca e dos maiores níveis de vulnerabilidade que atingem a população negra, conforme é amplamente sabido.

GRÁFICO 38

% de Estupros por faixa etária e por raça/cor
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Decorrente disso, quando calculamos as taxas de violência sexual para cada grupo específico, a partir dos cruzamentos de raça/cor e sexo, os resultados evidenciam a maior prevalência de violência sexual entre meninas brancas dentre os quatro grupos analisados na faixa etária até 19 anos. A taxa para crianças e adolescentes brancas do sexo feminino é de 144,2 estupros por 100 mil. Para as meninas negras, o valor cai um pouco e fica entre 121,3 casos por 100 mil. Em ambos os casos, contudo, são valores de 6 a 7 vezes maiores do que as taxas identificadas para o grupo masculino. Sem considerar cor/raça, portanto, uma menina que possui entre 0 e 19 anos tem 7 vezes mais risco de ser vítima de um estupro do que um menino na mesma faixa etária.

TABELA 8

Taxa de estupros por 100 mil habitantes por raça/cor e por sexo,
vítimas de 0 a 19 anos
Brasil, 2023

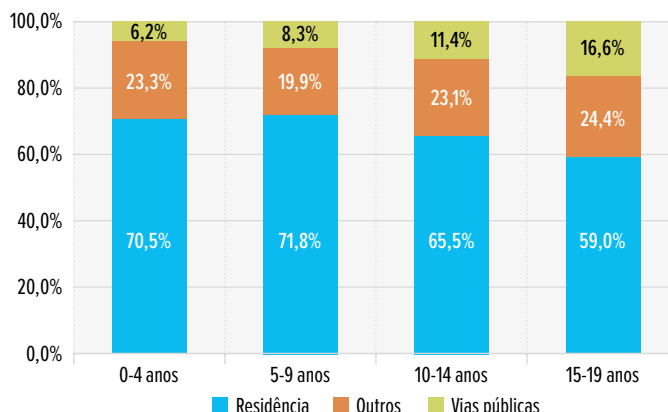
	Cor/raça negra	Cor/raça branca	Total
Sexo Feminino	121,3	144,2	131,0
Sexo Masculino	17,2	23,7	19,9
Total	67,9	83,3	74,4

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como também adiantamos, a residência é o lugar de maior prevalência de violência sexual no país, em todas as faixas etárias. Entre os que possuem entre 0 e 4 anos e 5 e 9 anos, o percentual fica entre 70 e 72% dos casos. A via pública e outros locais aumentam a proporção no total de casos a partir das faixas seguintes, mas continuam representando apenas uma pequena fração. Entre 10 e 14 anos, 11% dos atos violentos ocorreram na rua, valor que cresce para 17% entre as vítimas de 15 e 19 anos. Chama a atenção, então, que mesmo entre as vítimas adolescentes que já desfrutaram de maior circulação no território, a casa em que vivem continua a ser o local onde estão mais propensos a serem vítimas de estupro.

GRÁFICO 39

% de Estupros por faixa etária e por tipo de local da ocorrência
Brasil (2021-2023)

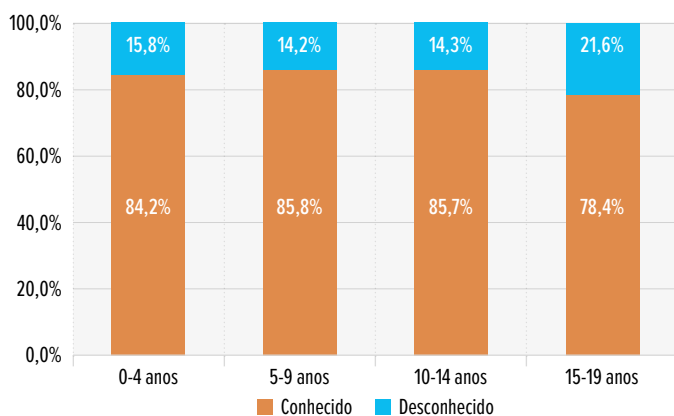


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Se já é preocupante que a violência sexual contra crianças e adolescentes seja um crime majoritariamente doméstico, quando observamos que a imensa maioria dos autores são pessoas conhecidas, o quadro se agrava ainda mais. Entre as crianças de até 9 anos – assim como ocorre com as mortes violentas –, são autores conhecidos os principais alvos da violência sexual. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) mostrou que familiares como avôs, padrastos, tios e outras pessoas do relacionamento destas crianças, majoritariamente do sexo masculino, são os principais agressores. Até os 9 anos, entre 84% e 86% dos crimes o autor é conhecido da vítima. Com meninas entre 15 e 19 anos, os autores desconhecidos chegam a 22%. Ou seja, ainda assim, são pessoas conhecidas as maiores responsáveis pelos crimes de estupro, mesmo entre adolescentes. Observa-se que o percentual de crimes praticados por conhecidos é ainda maior do que aquele observado nas residências, o que pode indicar que mesmo a violência sexual contra criança e adolescente que ocorre em outros locais é desferida contra quem já possuía algum contato prévio com a vítima.

GRÁFICO 40

% de Estupros por faixa etária e por relação entre autor e vítima
Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

São pessoas conhecidas as maiores responsáveis pelos crimes de estupro, mesmo entre adolescentes.

Na análise das taxas por 100 mil habitantes, nota-se que, em 2023, o Brasil ultrapassou a marca de mais de 116,4 estupros contra quem possui até 19 anos para cada grupo de 100 mil na mesma faixa etária. Dois anos antes, em 2021, o valor tinha sido sensivelmente menor, de 86 por 100 mil. A depender do estado, contudo, há diferenças marcantes. O Mato Grosso do Sul, por exemplo, é o estado que apresentou as maiores taxas do país nos três anos analisados: 275,1 em 2023, 224,2 em 2022 e 252,0 em 2021. A consistência dos altos valores indica um cenário de maior incidência do crime no estado que merece atenção.

TABELA 9

Estupros de crianças e adolescentes (0 a 19 anos) Brasil e UFs – 2021-2023

Brasil e Unidades da Federação	2021		2022		2023		Var. 2021-2022 (em %) ⁽³⁾	Var. 2022-2023 (em %) ⁽⁴⁾
	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}	Ns. absolutos	Taxa ^{(1) (2)}		
Brasil	46.863	86,0	53.906	98,9	63.430	116,4	6,0	13,8
AC	395	131,7	491	163,7	...	24,3
AL	709	73,1	903	93,1	958	98,8	27,4	6,1
AM	321	22,2	753	52,2	914	63,3	134,6	21,4
AP	495	186,2	594	223,5	395	148,6	20,0	-33,5
BA	3.818	97,1	4.330	110,1	...	13,4
CE	1.542	62,9	1.432	58,4	1.635	66,7	-7,1	14,2
DF	419	56,4	636	85,6	703	94,6	51,8	10,5
ES	1.015	101,8	1.291	129,4	1.353	135,6	27,2	4,8
GO	2.280	117,5	2.680	138,1	2.908	149,9	17,5	8,5
MA	1.282	56,8	1.763	78,1	1.692	74,9	37,5	-4,0
MG	3.670	72,4	3.598	70,9	4.080	80,4	-2,0	13,4
MS	2.029	252,0	1.806	224,3	2.215	275,1	-11,0	22,6
MT	1.500	136,3	1.563	142,0	2.069	188,0	4,2	32,4
PA	3.332	122,6	3.857	141,9	4.751	174,8	15,8	23,2
PB	354	31,5	368	32,8	428	38,1	4,0	16,3
PE	2.101	81,4
PI	911	97,0	1.031	109,8	1.253	133,4	13,2	21,5
PR	5.486	185,6	5.651	191,1	6.156	208,2	3,0	8,9
RJ	3.847	99,5	4.160	107,5	3.956	102,3	8,1	-4,9
RN	422	47,0	694	77,3	982	109,3	64,5	41,5
RO	695	147,8	755	160,6	1.101	234,2	8,6	45,8
RR	453	186,4	535	220,1	556	228,7	18,1	3,9
RS	3.249	126,1	4.125	160,2	4.168	161,8	27,0	1,0
SC	2.873	150,9	2.183	114,7	3.672	192,9	-24,0	68,2
SE	583	90,8	711	110,7	779	121,3	22,0	9,6
SP	8.701	80,3	7.761	71,6	8.954	82,7	-10,8	15,4
TO	695	145,9	843	177,0	830	174,2	21,3	-1,5

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária 0 a 19 anos.

(2) As taxas populacionais dos três anos foram calculadas com base na população indicada pelo Censo 2022.

(3) Desconsideraram-se as vítimas do Acre e da Bahia do ano de 2022 para o cálculo da variação nacional 2021-2022.

(4) Desconsideraram-se as vítimas de Pernambuco do ano de 2023 para o cálculo da variação nacional 2022-2023.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022- IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Rondônia, por sua vez, apresentou um alto patamar de violência sexual em 2023, com taxa de 234,2 e crescimento de 45,8% em relação ao ano anterior, assim como Santa Catarina, onde houve aumento de 68,2% no último ano, com taxa de 192,9 em 2023. Já no Amazonas, a disparada dos casos ocorreu entre

2021 e 2022, quando o aumento foi na ordem de 134,6%, com uma taxa que mais do que dobrou, passando de 22,2 para 52,2 casos por 100 mil habitantes. Entre os estados com menores taxas, destaca-se a Paraíba, com uma taxa que se mantém entre 31,5 (2021) e 38,1 (2023) casos por 100 mil habitantes.

Na tabela a seguir, a taxa nacional e as taxas estaduais são apresentadas para cada faixa etária, por ano. O quadro geral confirma a alta prevalência dos estupros na faixa entre 10 e 14 anos, com uma taxa que chegou a 224,4 em 2023 no país. Novamente, o Mato Grosso do Sul se destaca, com valores muito acima da média para vítimas dessa faixa etária que vão de 485 casos por 100 mil habitantes entre 10 e 14 anos, em 2021, para 532,6 em 2023. O mesmo para Roraima em 2023 em que, também na faixa de 10 a 14 anos, a taxa foi de 494,7.

TABELA 10

Taxa de estupros de crianças e adolescentes, por faixa etária ^{(1) (2)}

Brasil e UFs – 2021-2023

Brasil e UFs	0 a 4 anos				5 a 9 anos				10 a 14 anos				15 a 19 anos			
	2021	2022	2023	Var. % 2022-2023	2021	2022	2023	Var. % 2022-2023	2021	2022	2023	Var. % 2022-2023	2021	2022	2023	Var. % 2022-2023
Brasil	48,0	54,2	68,7	26,6	81,1	85,5	103,3	20,9	161,4	194,6	224,5	15,4	52,4	60,2	68,2	13,3
AC	...	39,4	46,5	17,9	...	87,1	122,0	40,0	...	254,1	350,7	38,0	...	139,8	129,6	-7,3
AL	35,8	46,3	55,5	19,8	66,5	76,7	89,9	17,1	152,3	190,3	196,8	3,4	36,4	56,5	51,5	-8,9
AM	9,7	17,3	22,7	31,1	20,4	49,8	58,5	17,5	45,8	104,2	140,5	34,8	13,3	37,5	32,3	-13,8
AP	77,7	71,6	59,4	-17,0	148,9	192,1	116,1	-39,5	364,2	469,8	318,3	-32,2	156,7	164,1	103,5	-36,9
BA	...	49,7	58,2	17,2	...	76,3	86,9	13,8	...	202,2	227,4	12,4	...	55,9	63,4	13,4
CE	37,8	31,5	40,7	29,3	62,1	52,5	59,8	14,1	119,7	115,3	130,7	13,3	31,8	33,6	35,1	4,6
DF	47,3	56,3	70,7	25,5	49,8	81,8	86,7	6,0	102,9	149,9	167,4	11,7	28,8	56,1	57,1	1,7
ES	64,0	68,6	77,7	13,3	82,2	106,2	124,7	17,4	190,6	258,7	260,3	0,6	71,1	85,1	80,9	-5,0
GO	66,9	88,4	101,4	14,7	100,6	125,1	136,8	9,4	236,1	271,4	289,9	6,8	69,0	71,3	75,7	6,1
MA	14,5	20,5	30,6	49,1	38,0	51,7	59,6	15,2	128,1	162,5	157,4	-3,2	41,4	70,0	47,8	-31,7
MG	34,6	28,3	39,6	39,9	60,5	53,6	66,2	23,6	143,6	153,5	166,5	8,5	50,2	47,6	49,4	3,7
MS	140,1	140,1	184,7	31,9	273,3	220,0	273,3	24,2	485,0	447,9	532,6	18,9	107,9	88,8	108,9	22,7
MT	58,6	73,2	96,6	32,0	118,2	120,3	174,6	45,2	286,8	295,8	374,4	26,6	89,0	86,0	114,8	33,5
PA	48,1	52,7	66,0	25,2	98,0	112,0	155,8	39,1	263,2	317,6	383,0	20,6	76,8	80,5	89,6	11,3
PB	11,3	16,6	14,3	-13,6	31,5	28,2	31,1	10,3	61,3	62,4	75,3	20,8	20,9	23,0	30,0	30,9
PE	36,2	65,6	158,7	61,4	...
PI	55,0	63,3	62,8	-0,7	84,5	87,6	113,2	29,3	201,0	226,9	270,4	19,2	46,6	59,5	83,2	39,9
PR	100,3	101,4	127,8	26,0	160,4	154,6	171,2	10,7	351,7	391,3	406,9	4,0	128,0	116,0	126,5	9,1
RJ	69,2	73,3	72,7	-0,8	110,4	119,0	101,2	-15,0	163,7	177,7	171,3	-3,6	53,5	58,8	63,1	7,4
RN	24,4	43,5	66,9	53,9	49,9	77,2	100,8	30,6	92,7	149,8	208,1	39,0	20,1	37,4	59,5	59,3
RO	55,5	75,8	114,6	51,2	113,2	117,4	178,7	52,2	303,8	328,6	480,5	46,2	117,2	119,6	162,2	35,6
RR	100,4	106,6	111,2	4,3	161,3	180,3	155,0	-14,0	367,6	462,1	494,7	7,1	126,6	145,9	172,3	18,1
RS	74,8	89,7	91,5	2,0	114,3	143,1	157,1	9,8	234,9	311,2	300,1	-3,6	82,2	98,9	100,3	1,4
SC	92,4	76,0	146,5	92,7	136,4	103,8	173,0	66,7	292,8	219,9	367,4	67,1	85,3	61,6	89,5	45,3
SE	57,4	77,7	87,2	12,2	83,6	86,8	88,7	2,2	174,2	205,8	230,7	12,1	46,4	70,1	75,9	8,3
SP	50,9	49,1	61,0	24,1	87,9	62,1	77,9	25,5	130,8	127,1	139,2	9,6	50,0	47,4	51,9	9,6
TO	62,9	82,2	88,3	7,4	132,8	160,0	144,7	-9,6	302,2	375,3	354,3	-5,6	85,3	90,9	109,3	20,2

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária.

(2) As taxas populacionais dos três anos foram calculadas com base na população indicada pelo Censo 2022.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022- IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

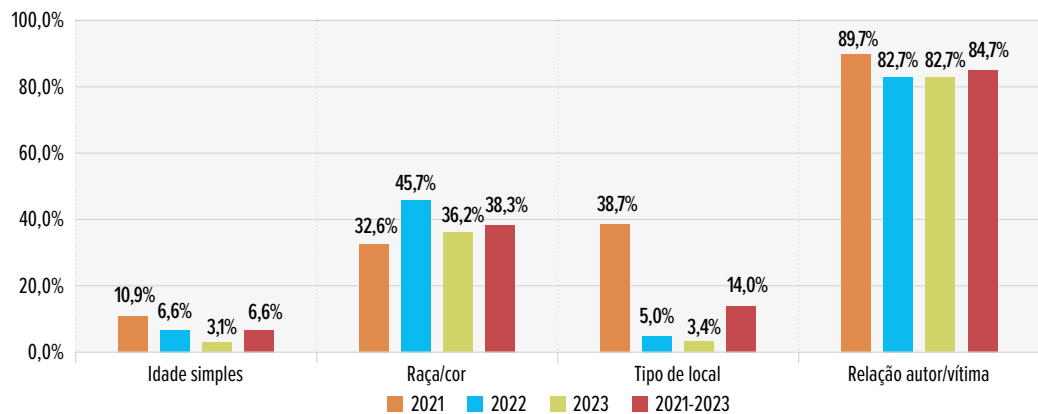
Qualidade do preenchimento de campos do Boletim de Ocorrência

Apenas mais recentemente que os dados de violência sexual se tornaram um indicador de acompanhamento criminal produzido por todas as UF's do país. Assim, é um tipo de registro marcado por percentuais importantes de não preenchimento, conforme se apresenta no quadro a seguir. Nos primeiros dois anos da série, há estados que não encaminharam os dados com informação de idade simples, impedindo a incorporação no total nacional. Para 2021, estão ausentes os dados do Acre, Bahia e Pernambuco, sendo que esse último também não apresentou os dados com idade para o ano de 2022.

Em relação aos demais campos, persistem vazios de preenchimento importantes na informação sobre raça/cor da vítima. Em 2021, 33% do total de fatos não contavam com essa informação, o que cresceu para 46% no ano seguinte, caindo para 36% em 2023. Em relação ao tipo de local, por sua vez, houve uma melhora considerável, com apenas 3% de não preenchimento no último ano. Por fim, sobre a relação autor/vítima, assim como nos casos de MVI, a informação ainda é precária, em que pese venha melhorando nos últimos anos, tendo atingido um patamar de preenchimento até melhor do que aquele que se percebe no banco de mortes violentas. Isso se explica pelas próprias características do crime, cuja denúncia na grande maioria das vezes é feita pela própria vítima que pode indicar quem era o autor da violência.

GRÁFICO 41

% de não preenchimento dos campos analisados em Estupros, vítimas de 0 a 19 anos
 Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MENINOS

O enfrentamento à violência sexual costuma estar entre as principais bandeiras de movimentos que visam aumentar a proteção de meninas e mulheres em todo o mundo. Pelo alto impacto do gênero feminino como fator de risco para se tornar vítima desse tipo de crime, os estupros que vitimizam homens não costumam ser alvo de maiores preocupações do poder público. Ao

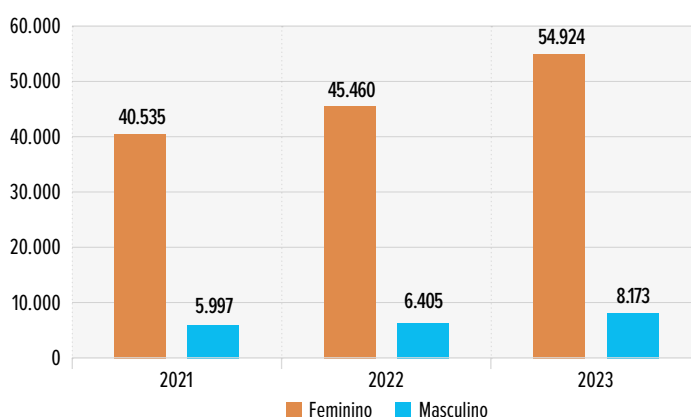
observar o comportamento da violência sexual que atinge quem possui até 19 anos, contudo, não se pode desprezar a quantidade de crianças e adolescentes do sexo masculino que são vítimas de estupros todos os dias no país. Assim, para melhor compreender as diferenças das dinâmicas criminais da violência sexual que atinge meninos e meninas no Brasil, nesse tópico iremos destrinchar o conjunto de dados dando destaque às diferenças que se percebem a partir do recorte do sexo da vítima.

Em relação ao total, os estupros contra meninas foram de mais de 40 mil em 2021 para quase 55 mil em 2023, aumento de 35,5%. Entre os fatos que vitimaram meninos, o crescimento ficou na mesma ordem, de 36,6%, mas em números absolutos menores: passou de praticamente 6 mil casos em 2021, para pouco mais de 8 mil em 2023. Ainda assim, chama a atenção que todos os anos, **crianças e adolescentes do sexo masculino de até 19 anos são mais vítimas de violência sexual do que de mortes violentas intencionais**. Entre 2021 e 2023, foram 20.575 vítimas de estupro do sexo masculino e 13.560 vítimas da violência letal também do sexo masculino, considerando a faixa etária 0 a 19 anos.

Os estupros contra meninas foram de mais de 40 mil em 2021 para quase 55 mil em 2023, aumento de 35,5%.

GRÁFICO 42

Estupros por sexo e por ano, vítimas de 0 a 19 anos
Brasil (2021-2023)

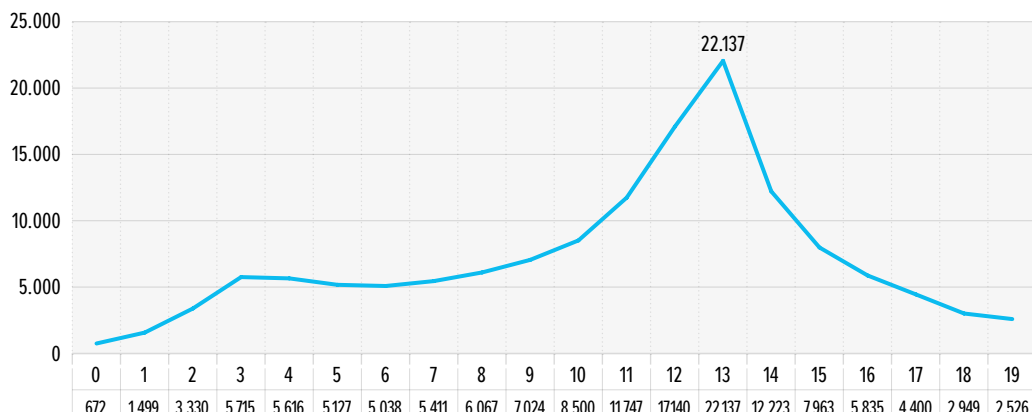


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A curva de idade de violência sexual para cada gênero se comporta de maneira bastante distinta. Entre as meninas, o grande volume de casos ocorre a partir dos 10 anos de idade, atingindo até os 13 anos que é justamente o marco que divide os crimes de estupro e estupro de vulnerável. No caso do estupro de vulnerável, a falta de consentimento da vítima é presumida pela sua idade, o que pode ser um dos fatores que determina o elevado registro de casos abaixo dos 14 anos. A partir dos 14 anos, nota-se uma queda considerável que persiste até o final da faixa etária analisada, que não necessariamente constitui o estupro de vulnerável e, eventualmente, pode gerar algum tipo de resistência por parte das autoridades policiais no momento do registro.

GRÁFICO 43

Vítimas de estupro e estupro de vulnerável do sexo feminino, por idade simples
Brasil (2021-2023)

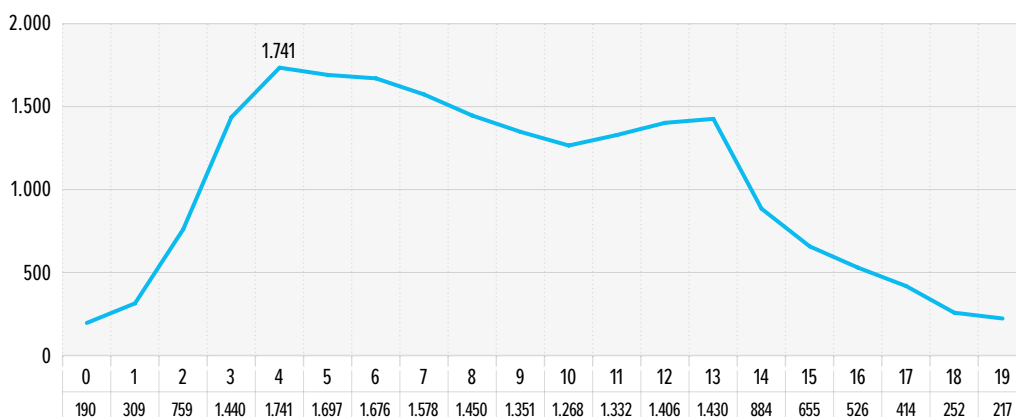


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Já em relação à curva masculina, o crescimento ocorre já nos primeiros anos de vida, atingindo o ápice aos 4 anos de idade. Assim, se são as pré-adolescentes as meninas em maior risco para violência sexual, no caso dos meninos são aqueles da primeira infância os que são mais visados. A curva, nesse caso, cai um pouco, mas ainda se mantém em um patamar elevado até os 13 anos, quando então cai abruptamente até o final do recorte etário.

GRÁFICO 44

Vítimas de estupro e estupro de vulnerável do sexo masculino, por idade simples
Brasil (2021-2023)



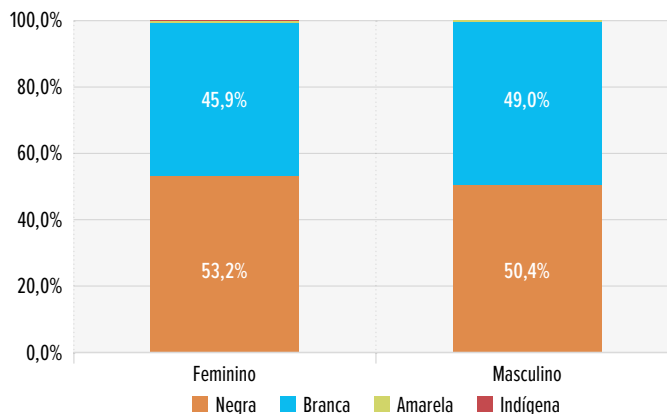
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Seguindo o que já vimos em relação ao total de casos, o aspecto raça/cor não altera significativamente a distribuição dos casos, sejam as vítimas do sexo masculino ou do sexo feminino. Também não foram percebidas grandes variações ao ano. Há um percentual levemente maior de vítimas negras meninas (53,2%) em relação ao mesmo percentual no caso dos meninos (50,4%). Como já sublinhamos, a alta prevalência de subnotificação em casos de estupro pode

impactar nessa distribuição de raça/cor nos dados, tornando o conjunto de casos reportados à polícia mais “branco” do que o que de fato se percebe na realidade dos fatos.

GRÁFICO 45

% de Estupros por sexo e por raça/cor
Brasil (2021-2023)

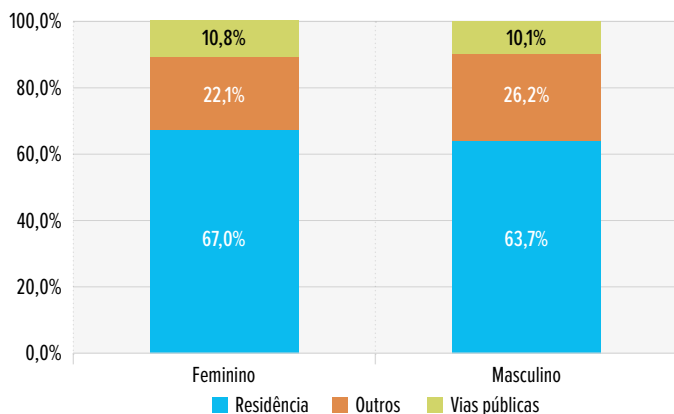


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na análise do tipo de local de ocorrência do delito, a residência é majoritariamente o local preferencial, seja para vítimas do sexo masculino ou feminino. Para os meninos, contudo, há um leve aumento da proporção de casos que ocorrem em outros lugares (26%) em comparação com o que se percebe para as vítimas meninas. De todo modo, o que se percebe é que, se para as meninas o ambiente doméstico há tempos não é mais entendido enquanto um espaço seguro e protegido, também para as crianças e adolescentes do gênero masculino a inviolabilidade da casa deve ser colocada em questão.

GRÁFICO 46

% de Estupros por sexo e por tipo de local de ocorrência
Brasil (2021-2023)

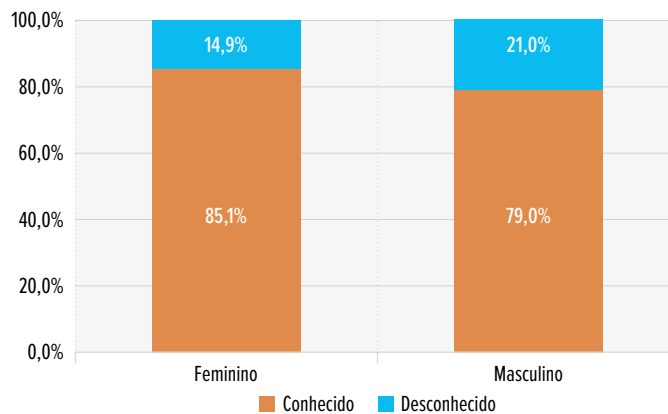


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Finalmente, no que diz respeito à relação autor-vítima, percebe-se que as meninas de até 19 anos são mais vítimas de autores conhecidos, valor que fica em 85% dos casos considerando os três anos. No caso dos meninos, o patamar cai um pouco e fica em 79%, o que pode indicar, por exemplo, que além de familiares, as adolescentes do sexo feminino são vítimas de companheiros e ex-companheiros, o que aumenta as situações de riscos vividas por elas sobretudo na adolescência. Dentre os casos em que a informação está disponível, 11% dos autores conhecidos das vítimas do sexo feminino eram companheiros ou ex-companheiros.

GRÁFICO 47

% de Estupro por sexo e por relação entre autor e vítima
 Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Violência sexual e gravidez infantil no Brasil

Entre 2021 e 2023, mais de 117 mil meninas entre 0 e 14 anos foram vítimas de estupro no Brasil. Em média, cerca de 39 mil meninas nessa faixa etária são vítimas de violência sexual anualmente. Conforme já demonstramos, a curva dos casos por idade da vítima cresce consideravelmente para vítimas de 10 a 13 anos, ou seja, justamente quando a menina está entrando na puberdade e iniciando o seu ciclo reprodutivo. Como consequência deste triste fenômeno, são milhares de crianças que, além dos traumas da violência sofrida, podem ter que lidar com todas as consequências de uma gravidez indesejada. Segundo os dados disponibilizados pelo Datasus, em 2021, foram 17.456 filhos nascidos de mães de 10 a 14 anos. No ano seguinte, esse número ficou em 14.293 bebês²¹. Ou seja, 31.749 meninas com idade entre 10 e 14 anos, faixa etária em que qualquer relação sexual é considerada estupro, tiveram filhos nos dois anos analisados. >

21 Os dados de 2023 ainda não foram divulgados. Dados disponíveis em: <https://datasus.saude.gov.br/nascidos-vivos-desde-1994>

A gravidade do problema no Brasil ganhou enorme repercussão com a aprovação do regime de urgência do Projeto de Lei 1904/2024, em junho de 2024. O PL prevê a equiparação de todo aborto legal realizado após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio simples. Segundo a legislação brasileira, o aborto legal é toda interrupção voluntária da gestação ocorrida em caso de risco de morte à gestante, em caso de anencefalia do feto (quando se presume a inviabilidade da vida) e em caso de gravidez decorrente de estupro. Na prática, caso aprovado, a legislação penal no país permitiria a punição das mulheres que realizassem o aborto legal após esse período à pena equivalente à de um homicídio, ou seja, de 6 a 20 anos de reclusão. O mesmo se aplicaria a médicos que realizassem o procedimento.

Conforme os dados indicam, no entanto, a maior parte dos estupros ocorrem com meninas de 10 a 14 anos, as quais podem demorar até mesmo para compreender a violência sofrida. Não são raros os casos de estupros consecutivos sofridos por meninas que só são percebidos pela rede de proteção após resultarem em uma gravidez. Assim, limitar o aborto até a 22ª semana significaria impor a milhares de meninas no país ou a pena de uma gravidez infantil e indesejada, ou a pena de cumprimento de uma medida socioeducativa, o que entre as vítimas com mais de 18 anos seria a prisão. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, em 2023 foram 2.963 procedimentos de aborto legal registrados no país²². O sistema, contudo, não permite distinguir se o aborto legal foi decorrente de estupro.

Estudos e levantamentos já realizados sobre o tema, identificaram que apenas uma fração muito pequena de meninas de até 14 anos realizaram o aborto após uma gravidez decorrente de estupro. Como se sabe, equipara-se a estupro toda relação sexual realizada com menina de até 14 anos. Segundo levantamento realizado pelo Intercept Brasil, entre 2015 e 2022, apenas 4% das meninas de 10 a 14 anos grávidas por estupro tiveram acesso ao aborto garantido por lei²³. O percentual identificado em estudo do Ipea, publicado em 2014, também ficou nesse patamar. No levantamento com base nos dados do Ministério da Saúde, em 2011 somente 5% das adolescentes que engravidaram após serem vítimas de estupro realizaram o aborto legal²⁴.

22 Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/06/15/aborto-legal-1-a-cada-3-mulheres-precisou-sair-de-sua-cidade-para-realizar-o-procedimento-em-2023.ghtml>

23 Fonte: <https://www.intercept.com.br/2023/05/01/estupro-meninas-ate-14-anos-nao-tem-acesso-a-aborto/>

24 Cerqueira, D.; Coelho, Da. Nota Técnica - Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasília: IPEA, 2014. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/75/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-dasaude>, p. 18.

Conclusão

As análises sobre a violência letal e sexual de crianças e adolescentes no país para esta 2ª edição do estudo não contradizem o que já havíamos percebido no primeiro esforço de compilação de dados publicado em 2021. A violência letal doméstica que atinge crianças de até 9 anos, a violência urbana que é um risco sobretudo para adolescentes e a violência sexual que vitimiza, principalmente, uma quantidade intolerável de crianças e adolescentes de até 14 anos continuam sendo uma triste realidade brasileira. Apesar disso, três anos depois, a melhora na qualidade e completude dos dados nos permite avançar em pontos que estavam parcialmente encobertos ou que não haviam recebido a devida atenção. No presente relatório, portanto, buscou-se realçar esses achados. Vejamos os principais:

→ Aumento da violência letal doméstica que vitimiza crianças

Entre 2021 e 2023, as mortes violentas contra crianças de até 9 anos cresceram no país, em contramão ao que se constatou em relação às vítimas mais velhas, entre 10 e 19 anos, mais marcadas pelas dinâmicas da violência urbana. O aumento foi mais sensível entre aqueles de até 4 anos, o que acende um alerta sobre os riscos a que estão submetidas as crianças na fase inicial de vida.

→ As dinâmicas da violência urbana e doméstica interagem entre si de modo distinto em cada estado

Apesar da queda da violência letal que atinge as faixas etárias 10-14 e 15-19 anos, o problema ainda é muito grave, sobretudo em alguns estados. Na Bahia e no Ceará, por exemplo, percebem-se altas taxas especialmente para esse grupo. Já no Amapá, os altos índices de mortes violentas também elevam as mortes das crianças que ocorrem dentro de casa. Pelas dinâmicas observadas, é um estado em que as fronteiras entre violência doméstica e urbana estão mais borradas do que o usual. Já em locais como Rondônia e Mato Grosso, são os índices de violência letal doméstica de crianças que se destacam negativamente, o que não vem acompanhado de aumento na violência urbana.

→ As mortes decorrentes de intervenção policial são parte significativa do problema

A violência letal contra crianças e adolescentes ocorrida durante confronto com as forças policiais vem crescendo ao longo dos anos e se tornando parte cada vez mais significativa do fenômeno como um todo. Não se trata, portanto, de fatos residuais. Há, contudo, diferenças significativas a depender do estado. Em alguns locais, o alto percentual de MDIP entre o total de violência letal se mantém constante ao longo dos anos, o que indica um *modo de agir sistematicamente violento* por parte de algumas corporações policiais, o que não necessariamente está ligado às altas taxas de violência letal do estado. Há locais com um cenário controlado de violência letal em que, ainda assim, as mortes de crianças e adolescentes em confrontos policiais podem representar 30% do total de vítimas.

→ Marcadores sociais de cor/raça e sexo da vítima interagem entre si

Confirmando uma dinâmica social marcada pela interseccionalidade, os marcadores sociais de gênero e cor/sexo interagem entre si para agravar a violência de certos grupos de crianças e adolescentes, mas com diferença de peso a depender do tipo de violência. No caso da violência letal, o fator raça da vítima é o mais influente na dinâmica do fenômeno, aumentando sobremaneira o risco de crianças e adolescentes negros serem vítimas do crime. O sexo da vítima, por sua vez, também atua para piorar o cenário dos meninos. Já em relação à violência sexual, o peso do fator cor/raça impacta pouco no cenário geral – o que pode decorrer dos altos níveis de subnotificação desse tipo de crime –, mas o gênero da vítima coloca as meninas em risco muito mais elevado de serem vítimas de estupros.

→ Meninos também são vítimas de violência sexual e meninas vítimas de violência letal

Mesmo para os casos dos perfis de vítimas não preferenciais para cada tipo de violência, o cenário não chega a ser de proteção. Aos meninos de até 19 anos, portanto, também está posto um cenário de alta prevalência de violência sexual, em números superiores, inclusive, aos casos de vitimização letal para esse mesmo grupo. As meninas adolescentes (15-19), por sua vez, apesar de representarem percentual muito pequeno em comparação com seus pares do sexo masculino nessa faixa etária, são mais vítimas de MVI do que todos os meninos de até 14 anos.

→ As violências contra crianças e adolescentes estão encadeadas entre si

Os pontos acima apresentados, portanto, indicam um quadro em que não há como tratar de fenômeno da violência contra crianças e adolescentes sem perceber os encadeamentos que se dão entre os diferentes tipos de violência e a forma como impactam cada grupo de vítimas. Violência urbana e se-

xual interagem entre si; marcadores de gênero e raça também. Há um *continuum* de violência²⁵ que atravessa as faixas etárias e que vai além das conclusões mais evidentes. Meninos, por exemplo, não estão seguros dentro de casa, pois também sofrem violência sexual de modo sistemático no país. Já as meninas durante a primeira infância são tanto vítimas da violência letal dentro de casa quanto eles. Se conseguem sobreviver ao final da infância e início da adolescência, ainda se colocam em risco de serem as vítimas preferenciais de violência sexual. No final da adolescência, a violência letal por sua vez não deixa de ser uma realidade também para elas. Entre todos, para as crianças e adolescentes negros o peso do racismo que atravessa a realidade brasileira os coloca em uma situação de ainda mais vulnerabilidade. Diante desse quadro complexo e contínuo, para combater o cenário global da violência que atinge os mais jovens, é preciso pensar políticas de proteção direcionadas a cada um desses cenários, mirando no que é mais urgente, sem esquecer dos grupos que, mesmo sendo os *menos* vitimados, não deixam de representar *muitas* vítimas.

RECOMENDAÇÕES

Há medidas fundamentais que precisam ser priorizadas no país, com foco em prevenir atos de violência letal e sexual contra crianças e adolescentes, e em dar respostas a esses crimes. Essas respostas pressupõem um olhar específico para diferentes formas de violência, assim como da relação entre elas, considerando marcadores de idade, raça e gênero, e outros que os registros sequer nos permitem aprofundar no momento, como a presença de deficiência.

Entre as principais recomendações, destacam-se:

→ 1) Não justificar nem banalizar a violência

Cada vida importa, e cada criança e adolescente deve ser protegido de todas as formas de violências. Não se pode normalizar as mortes violentas e a violência sexual, é preciso enfrentar esses crimes. Também é fundamental investir em diagnósticos robustos e representativos que levem à compreensão do que motiva a prática da violência sexual e letal, sobretudo no ambiente doméstico, e desenhar estratégias de mudança de comportamento e de normas sociais que enderecem esses motivadores.

→ 2) Controle do uso da força pelas polícias

Uma política de redução de homicídios com foco em crianças e adolescentes precisa, em vários estados, necessariamente considerar o controle do uso da força das polícias como uma variável chave para seu sucesso. Há evidências robustas do impacto do uso das câmeras policiais, associado a protocolos e fluxos adequados, como a gravação contínua, na redução dos homicídios de adolescentes. É fundamental trabalhar com as polícias protocolos, treinamentos e práticas voltadas à proteção de meninas e meninos.

25 Scheper-Hughes, Nancy, e Philippe Bourgois. *Violence in War and Peace: an anthology*. Blackwell, 2004.

→ 3) Controle do uso de armamento bélico por civis

Para aqueles que possuem entre 15 e 19 anos, a arma de fogo é o principal instrumento utilizado para retirar a vida de um adolescente. Também não é desprezível o número de crianças que são mortas por arma de fogo de modo intencional dentro das suas residências. Esse cenário reforça a importância do controle do uso de armamento bélico por civis.

→ 4) Pautar e enfrentar o racismo estrutural

É urgente pautar o racismo estrutural nos diálogos com o sistema de proteção contra crianças e adolescentes, notadamente junto ao sistema de justiça e segurança pública. Enfrentar o racismo estrutural é parte fundamental do esforço de não justificar e não banalizar a violência e do controle do uso da força pelas polícias junto à população negra.

→ 5) Compreender e enfrentar o fenômeno da violência doméstica contra as crianças

Investir na produção de conhecimento sobre as interseções entre a violência doméstica contra mulheres e crianças, incluindo o impacto da violência doméstica contra mulheres no desenvolvimento de crianças e adolescentes, produzindo subsídios para avanços em políticas que integrem essas perspectivas na prevenção e na resposta aos casos, inclusive com ações que incidam em mudanças de comportamento.

→ 6) Enfrentar normas restritivas e discriminatórias de gênero, com destaque para o trabalho com as famílias nos diferentes serviços e para o papel da escola

Serviços que atuam com crianças e adolescentes e famílias têm papel fundamental para o enfrentamento de padrões restritivos de gênero, que fazem com que meninos sejam socializados para se identificarem com e reproduzirem práticas violentas (masculinidades tóxicas) e meninas sejam socializadas no marco de uma objetificação do corpo feminino e de relações de poder desiguais que são parte do fenômeno da violência sexual. As escolas têm um papel fundamental nesse sentido. No trabalho com as famílias, também é fundamental desconstruir esses estereótipos.

→ 7) Garantir atenção adequada aos casos de violência, no marco da Lei 13.431/2017

É urgente fortalecer os fluxos e protocolos do Sistema de Proteção a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, com efetivo engajamento de todo o Sistema de Garantia dos Direitos na identificação, comunicação e gestão dos casos, de forma precoce, assim como na prevenção de novas violências.

→ 8) Capacitar os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes

Eles são fundamentais para prevenir, identificar e responder às violências contra a infância e a adolescência, em todas as áreas. É caso, por exemplo, dos profissionais de segurança pública, que podem ser fortalecidos para uma abordagem policial mais humanizada. Cabe ressaltar, ainda, o papel da educação na identificação e comunicação de violências.


→ 9) Ampliar o acesso de crianças e adolescentes sobre direito à proteção e canais/serviços de proteção

Para prevenir e responder à violência, é importante garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a informação, conheçam seus direitos, saibam identificar diferentes formas de violência e pedir ajuda.

→ 10) Melhorar os registros, investir no monitoramento e na geração de evidências

É necessário avançar no registro de informações sobre os casos, de forma que seja possível avançar na compreensão da relação entre autores e vítimas e na compreensão da presença de outros marcadores, como a deficiência. Também é preciso avançar no monitoramento ágil e constante das informações, de forma que seja possível identificar mudanças de tendências e investir em intervenções de forma mais ágil.





**Panorama da violência
letal e sexual contra
crianças e adolescentes
no Brasil**